



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 082

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 082**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	02
Expediente:	
Indicações	03
Questão de Ordem	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	04
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	08
Dep. Jocelito Canto	08
Dep. Elio Rusch	09
Dep. Plauto Miró Guimarães	10
Dep. Valdir Rossoni	11
Grande Expediente:	
Dep. Augustinho Zucchi	12
Sr. Ivo Petry - Pres. do SINDASP..	15
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	10
Liderança do PSB:	
Dep. Reni Pereira	16
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	17
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	18
Liderança do PSDB:	
Dep. Ademar Traiano	18
Liderança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	19
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni	19
Liderança do Governo:	
Dep. Elza Correia	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	23
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	26
2ª Discussão	27
1ª Discussão	27
Requerimentos	51
Encerramento da Sessão Ordinária.....	51

077ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE AGOSTO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Luiz Nishimori (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes da leitura da Ata, quero dar as boas-vindas aos funcionários da EMATER, grandes parceiros no desenvolvimento do nosso Estado, dos agricultores que aqui também nos prestigiam.

Que tenham uma boa estada em nossa Casa de Leis.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicação*****INDICAÇÃO Nº 032/2005**

Exmo Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A abertura, pelo Governo do Estado, de concurso público para contratação, em caráter de urgência, de profissionais para atendimento no Instituto Médico Legal - IML em todo o Estado do Paraná.

2 - A abertura de licitação para compra de equipamentos e materiais de segurança.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a relevância e o alto grau de complexidade dos serviços prestados pelo IML, que atende como Polícia Científica na área de Medicina Legal, fazendo perícias médico-legais em cadáveres, partes de corpos, ossadas completas ou não, e em pessoas vivas, além de exames complementares (laboratoriais) nas áreas de anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitada por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos, é imprescindível que sejam tomadas providências urgentes para solucionar as graves deficiências de pessoal e equipamento na sede da Capital e nas do interior do Estado.

Diante do exposto, a aprovação da presente Indicação permitirá que o IML, continue a atuar com a eficiência necessária, e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Questão de Ordem**QUESTÃO DE ORDEM Nº 2339**

Senhor Presidente:

Os Deputados que a presente subscrevem, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, submetem a V. Exa. Questão de Ordem relativa ao Projeto de Lei 484/2004, considerando o que dispõe o artigo 33, parágrafo 2º, alínea "a", combinado com o artigo 51, parágrafos 17 e 18 do Regimento Interno desta Casa, quanto:

1 - à interrupção da tramitação do projeto de lei, tido como inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça;

2 - a previsão de recurso do autor contra a decisão da CCJ junto à própria Comissão e, posteriormente, junto ao Plenário;

3 - a inexistência do recurso importar em definitiva rejeição do projeto de lei;

4 - ao caráter conclusivo da votação do projeto rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça e, finalmente;

5 - que o projeto de lei rejeitado pela CCJ por inconstitucionalidade somente será submetido ao Plenário mediante recurso do autor.

Apresentam a seguinte questão de ordem para que V. Exa. decida pela retirada do Projeto de Lei 484/2004 da presente Ordem do Dia e sua conseqüente não votação no dia de hoje, em face do exposto e da aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça nesta data, concluindo pela inconstitucionalidade do projeto de lei em questão.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA, BARBOSA NETO e VALDIR ROSSONI.

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 2335**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do Artigo nº 81 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 16 de agosto do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do Artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 17.08.2005 (Quarta-feira) em Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº 36/2004, que objetiva transformar a EMATER/PR em autarquia.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoio:

Duílio Genari, Mauro Moraes, Francisco Bühner, André Vargas, Geraldo Cartário, Pedro Ivo Ilkiv, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ratinho Júnior, Artagão Júnior, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Natálio Stica, Rafael Greca, Ângelo Vanhoni, Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Elza Correia, Cleiton Kielse, Ademir Bier, Cesar Seleme, Nelson Garcia e (01) ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente:

A liderança do governo, por seu Líder abaixo subscrito, vem por intermédio deste, APRESENTAR, com base no Artigo 18, inciso XXIII, do Regimento Interno desta Casa, recurso a V. Exa. contra deliberação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eminente Deputado Durval Amaral, que, na Sessão de hoje, tomou a arbitrária decisão de negar o direito regimental de conceder vistas, conforme preconiza o Artigo 51 Parágrafo VIII do Regimento, ferindo a prerrogativa dos Parlamentares Mário Bradock e José Maria Ferreira, ao Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem 036/2004, que visa transformar em autarquia a EMATER.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 166 e seu parágrafo único do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação nominal para ao Projeto de Lei nº 484/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 036/2004 que dispõe sobre a transformação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em autarquia, e para as emendas a ele oferecidas.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 166 e seu parágrafo único do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que a votação do Projeto de Lei nº 484/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 036/2004 que dispõe sobre a transformação da Empresa Paranaense da Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em autarquia, seja procedida artigo por artigo, separadamente e, também das emendas a eles oferecidas.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 482/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede e foro no Município de Araruna.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Membros da Igreja do Evangelho Quadrangular classifica-se como Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, atuando nas seguintes áreas:

- 1) criação de desenvolvimento de programas de capacitação educacional e profissional, com fins sociais;
- 2) prestar Assistência Social à comunidade em geral, com orientações moral e espiritual em benefício da comunidade, com auxílio de psicólogos;
- 3) assistir com cestas básicas às famílias menos favorecidas, quando necessário.

PROJETO DE LEI Nº 483/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os hospitais públicos ou privados obrigados a comunicarem às Delegacias de Polícia mais próximas, quando da entrada de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão física em seus prontossocorros no Estado do Paraná.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos do artigo anterior os hospitais deverão comunicar às Delegacias Policiais mais próximas para que as mesmas dêem o devido encaminhamento legal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei, em virtude dos números alarmantes que comprovam que no Brasil e no Estado do Paraná, milhares de mulheres, crianças e adolescentes, são vítimas constantes de agressão física por parte de companheiros, familiares e tantos outros e mesmo assim, movidos pelo medo ou por motivos passionais, se negam a registrar queixa nas delegacias locais ou especializadas para que o agressor seja punido como prevê o Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Brasil, hoje, os hospitais são obrigados a comunicar às autoridades policiais, a entrada de pacientes vítimas de armas de fogo ou arma branca, para que sejam tomadas providências na esfera criminal. Com a vigência da lei que se propõe neste projeto, os agressores passarão automaticamente a serem identificados pelas autoridades e assim responderão pela prática cometida dentro das leis em vigor sobre o assunto.

Cabe a nós, autoridades estaduais, tentar coibir esta prática nefasta que ronda incontáveis famílias em nosso Estado, e a aprovação deste projeto servirá, se não pela extinção, ao menos pela diminuição deste crime que é praticado diariamente contra mulheres e crianças que causam inúmeros traumas.

Pela gravidade da matéria e a sensibilidade dos meus Pares nesta Casa Legislativa, tenho certeza que o Estado do Paraná terá, em breve, mais esta importante lei.

PROJETO DE LEI Nº 484/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 14.038, de 1º de abril de 2003, que concedeu a título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva.

Parágrafo Único. A Assembléia Legislativa solicitará ao Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, a remessa do diploma já entregue pela Casa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de revogar a Lei nº 14.038, de 1º de abril de 2003, que concedeu o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva.

As notícias de envolvimento do ex-Ministro Chefe da Casa Civil do Governo Federal nos escândalos que envergonham a nação brasileira nos indicam que devemos revogar a já citada lei e nos precaver que a maior honraria dada pelo Estado do Paraná aos cidadãos que prestam relevantes serviços ao nosso povo, fique em mãos indevidas.

PROJETO DE LEI Nº 485/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Número Fechado de Presos nas unidades prisionais do Estado subordinadas à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania ou à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 1º O Sistema de Número Fechado destina-se a aferir a real capacidade de ocupação em cada estabelecimento penal.

§ 2º A capacidade real de cada estabelecimento será definida por decreto do Poder Executivo nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Art. 2º Pelo Sistema de Número Fechado, para receber novo preso, a unidade prisional do Estado deverá

transferir outro preso para outra unidade, de forma a não ultrapassar a capacidade definida na forma do parágrafo 2º do artigo 1º desta lei.

Parágrafo único. Ultrapassada a capacidade real de todos os estabelecimentos prisionais, fica o Poder Executivo obrigado a construir ou adaptar o imóvel, no prazo de cento e oitenta dias, para receber os presos excedentes.

Art. 3º Em nenhuma hipótese será permitido o internamento, na mesma cela, de sentenciados e presos que estejam aguardando julgamento.

Art. 4º Todos os presos condenados que cumprem pena sob guarda da Polícia Civil, em cadeias públicas, delegacias de polícia e distritos policiais, serão removidos para estabelecimentos penais adequados, conforme o regime inicial de cumprimento de pena ou determinado pelo Juiz de Execuções Criminais.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos assumirá, progressivamente, a organização, a administração, a coordenação, a inspeção e a fiscalização das cadeias públicas, de acordo com cronograma a ser estabelecido com a Secretaria da Segurança Pública, no prazo de dois anos a contar da vigência desta lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Introdução ao Código Penal, em sua exposição de motivos, dispõe, com inatacável propriedade, sobre as críticas que em todos os países se tem feito à pena privativa de liberdade, fundadas em “fatos de crescentes importância social, tais como o tipo de tratamento penal freqüentemente inadequado e quase sempre pernicioso, a inutilidade dos métodos agora empregados no tratamento de delinquentes habituais e multirreincidentes, os elevados custos da construção e manutenção dos estabelecimentos penais, as consequências maléficas para os infratores primários, ocasionais ou responsáveis por delitos de pequena significação, sujeitos, na intimidade do cárcere, às sevícias da corrupção e perda paulatina da aptidão para o trabalho.”

A superlotação é um dos problemas mais preocupantes entre os que afligem o sistema prisional em nosso Estado, entendido este, como o conjunto de estabelecimentos que alojam presos: penitenciárias, presídios, casas de detenção, cadeias públicas, delegacias de polícia e distritos policiais.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 486/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O número máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º O limite máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, observará o espaço mínimo de 4,5 m2 ao professor e 1,2m2 ao aluno e será de:

I - Ensino Infantil e 1ª série do Ensino Fundamental: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ªs a 4ªs séries do Ensino Fundamental: até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ªs, 6ªs, 7ªs e 8ªs séries do Ensino Fundamental: até 30 (trinta) alunos;

IV - Ensino Médio: até 35 alunos.

Art. 3º - O limite de alunos deverá ser implementado da seguinte forma:

I - 1/3 será alcançado em 2006;

II - 2/3 será alcançado em 2007;

III - Ao final de 2008, terá que contemplar todas as turmas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Jocelito Canto, Waldir Leite, André Vargas, Ratinho Júnior, Arlete Caramês, Elio Rusch, Natálio Stica, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes, Pedro Ivo Ilkiv, Luiz Fernandes da Silva Litro, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Reni Pereira, Francisco Bühler, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, Ângelo Vanhoni, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Marcos Isfer, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que aqui apresentamos tem como objetivo contribuir para a melhoria do ensino no Paraná, através de uma medida simples: a determinação de um limite máximo para o número de alunos em sala de aula e um limite mínimo para o número de horas/aula diária.

O excesso de alunos em sala de aula não permite a oportunização de experiências, vivências aos alunos, impossibilita o professor de dar atendimento adequado às necessidades individuais do aluno, traduz-se em baixo rendimento escolar e, por conseguinte, um nível de ensino.

Tal fato, infelizmente, não é isolado e se repete ano a ano, o que reflete a falta de priorização que o ex-Governo do Paraná tem dado à educação.

A erradicação do analfabetismo, a garantia do ensino fundamental a todos, mesmo para os que não tiveram acesso na idade própria, além da extensão progressiva da obrigatoriedade de atendimento ao Segundo Grau é uma realidade muito distante.

Os limites máximos de alunos por sala de aula, aqui estabelecidos, são fruto do grande debate que contou com a participação massiva da comunidade paranaense e discussões com entidades representativas da área de educação culminando ao estudo realizado pela UnB - Universidade Nacional de Brasília.

Aquele estudo apontou que o principal fator que contribui para a “doença” do professor é o excesso de alunos em sala de aula. Nos meios científicos esse quadro é conhecido como Síndrome de Burnout, no Brasil hoje a síndrome atinge 48% dos educadores, enquanto que a média do Paraná chega a atingir 63%, muito acima da média nacional.

Cumpramos ressaltar ainda que o presente projeto de lei dá consequência ao artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No nosso entender, o Estado do Paraná pode e tem condições de dar uma resposta à sociedade paranaense, fazendo da educação a sua primeira prioridade e, o primeiro passo é dar aplicabilidade efetiva deste projeto consequentemente da LDB.

Portanto, em nome dos educadores do Estado do Paraná e da qualidade do ensino público, peço o apoio de todos os Parlamentares à aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 487/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Clémerson Merlin Cléve.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(aa) NEIVO BERARDIN

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

PROJETO DE LEI Nº 488/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Toda mobília urbana permanente a ser instalada em calçadas, calçadões, parques, passeios públicos e outras áreas de circulação de pessoas, deverá ser circundada por calçada que possa ser sentida pelos pés dos pedestres portadores de deficiência visual que sobre ela caminham, mesmo quando calçados.

Art. 2º É considerada mobília urbana permanente, para os efeitos previstos nesta lei, o telefone público, a lixeira, o poste de iluminação pública, a placa de sinalização, ou quaisquer outros equipamentos que possam constituir obstáculos ao livre trânsito de pessoas portadoras de deficiência visual.

Art. 3º A mobília urbana permanente já instalada deverá ser adaptada para cumprir o estabelecido no artigo 1º, em prazo a ser determinado na regulamentação da presente lei.

Art. 4º As especificações técnicas necessárias ao cumprimento da presente lei serão estabelecidas em sua regulamentação.

Art. 5º A presente lei será regulamentada pelo Executivo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades enfrentadas pelos deficientes físicos e visuais nas cidades brasileiras são públicas e notórias. Muito já foi dito a respeito do assunto, mas pouco foi feito. A iniciativa privada e o poder público ensaiam tímidas iniciativas, geralmente alardeadas com grandes conquistas, mais ainda estamos longe de atingir o grau de respeito que outras nações lograram no trato com os seus deficientes físicos e visuais.

O presente projeto de lei trata especificamente dos deficientes visuais. Somente os deficientes visuais são capazes de entender e avaliar na sua plenitude os benefícios da conversão deste projeto em lei. Isto porque, são eles que sentem na própria pele as dificuldades de locomoção nas vias destinadas à circulação de pedestres.

São comuns os relatos de casos de pessoas, deficientes visuais, que se chocam com postes, lixeiras, telefones públicos, placas de sinalização e os mais variados tipos de mobília urbana, em função da falta de “avisos” tácteis que indiquem a presença de tais equipamentos em seu trajeto.

Assim sendo, a intenção desta lei é tornar as vias públicas do Estado do Paraná mais democráticas, tratando os deficientes visuais com o respeito que todos os seres humanos merecem, diminuindo as diferenças e preservando sua integridade física.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos, Pela Ordem, ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a colocação de que estamos com a CCJ reunida e ainda não foi tomada a decisão quanto à questão da constitucionalidade deste projeto, à autarquia da EMATER.

Estamos observando que os Deputados estão todos na CCJ.

Pedimos a V. Exa., se é possível, suspender a Sessão por alguns minutos, até que os Srs. Parlamentares possam descer desta reunião que está acontecendo agora na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que além da CCJ, estamos recebendo a visita do ex-Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que está aqui no Salão Nobre da Casa, com diversos Parlamentares, e o nosso Regimento permite dar continuidade à Sessão, porque estamos com mais de oito Parlamentares e não vamos decidir nada no momento.

Como o primeiro orador, no Pequeno Expediente, está presente e o segundo também, vamos dar andamento à Sessão.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpeolini.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente,.

Para que os funcionários da EMATER entendam que passamos, a partir deste momento, a usar os artifícios do Regimento Interno, que é um direito legal dos Parlamentares, para que possamos dar encaminhamento correto a essa votação. Estou explicando para que eles compreendam o nosso procedimento. Não estamos, de forma nenhuma, obstruindo. Estamos usando o Regimento para que tenhamos em plenário os nossos Parlamentares.

Com a aquiescência do ilustre Deputado Scarpeolini, Sr. Presidente, passo, como já disse anteriormente, a fazer uma Questão de Ordem a V. Exa., se assim o permitir, como também o orador. No último dia três de maio este Parlamentar entrou com uma Questão de Ordem nesta Casa dizendo o seguinte: “Os Deputados que o presente subscrevem com fundamento no Artigo 104, do Regimento Interno desta Casa, submetem a V. Exa. a Questão de Ordem relativa aos Projetos de Lei nº 79/2004, 484/2004, oriundos das Mensagens 044, de 26 de novembro, e 036, de 06 de dezembro, haja vista que os referidos projetos confundem-se em partes, como adiante serão demonstrados. O governo entrou nesta Casa com um projeto que pede a autorização desta Assembléia para transformar, fundir, extinguir e alterar a personalidade jurídica da EMATER, CODAPAR, CLASPAR e MINE-

ROPAR. O projeto é vago, genérico e não esclarece o real objetivo em relação a cada entidade, de fazer a fusão.

Por esta razão, questiono a V. Exa., por que esses projetos anteriormente encaminhados a esta Casa não foram colocados em votação? Esses projetos também foram votados o regime de urgência.

Faço esta Questão de Ordem e é claro que V. Exa. não terá condições de responder neste momento, mas enquanto o nosso ilustre Parlamentar Scarpellini faz o seu pronunciamento, faço essa Questão de Ordem, por que nós não colocarmos primeiro os outros projetos para depois colocarmos a questão da EMATER?

Era esta a questão de ordem. Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Recebo a questão de ordem de V. Exa. e posteriormente dar-lhe-ei a resposta e ao Plenário.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Quero esclarecer que serei rigoroso no tempo. Encerrou o período, está cortado o som. Nem um minuto mais. Nem para concluir.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico homenageado por esta iniciativa que começou comigo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje me é um dia especial. Estou aqui recebendo do Sr. Corregedor da Assembléia, um comunicado que o pedido de cassação ou de providências do Governador Roberto Requião, com relação ao meu mandato, quando fui acusado por ele de que eu estava caluniando e difamando o Porto de Paranaguá. Mostra que o Governador não é um bom advogado, porque calúnia não se faz contra pessoa jurídica, apenas contra pessoa física. Isto já é um entendimento dos Tribunais, neste País, e a Assembléia arquivou o pedido de providências de S. Exa. o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Eu achei e acho que o Governador deveria estar mais preocupado com a questão do pedágio; é uma promessa não cumprida, com a questão do IPE, da sua recriação, que também ficou como risco n'água, que passou em um momento e deixou de existir no momento seguinte. Acho que o Governo deveria estar preocupado com o salário dos professores e o reajuste do salário dos aposentados do Paraná, e, de sorte, de todos os funcionários públicos deste Estado. Mas não. S. Exa. o Governador Roberto Requião de Mello e Silva foi, na semana passada, e levou um dossiê contra o Senador Álvaro Dias. Entregou na mão do Senador na mão do Senador Mercadante, pedindo para que combatesse a pessoa do Senador Álvaro Dias a partir daquelas informações.

Ora, como se não bastasse, aquilo que é público e notório, que nós todos sabemos com relação à atuação

das pessoas, o Governador é o homem do dossiê. Ele vem na Assembléia, traz um dossiê contra o Scarpellini e vai a Brasília e leva um contra o Álvaro Dias. Assim é o procedimento dele, para tentar desmoralizar as pessoas que lhe fazem oposição.

No entanto, o Porto de Paranaguá está acéfalo, com muita dificuldade na exportação, na administração interna, com relação à queda que houve em mais de 60% da tonelagem de produtos exportados por lá, em relação ao ano passado e ao ano de 2003, e em comparação com os portos de São Francisco e de Santos, no litoral paulista e no litoral de Santa Catarina. Quem está dando graças a Deus à permanência do Eduardo Requião lá é o Governador de Santa Catarina e o de São Paulo, porque vêem os seus portos e a sua exportação aumentar e com isto aumentar a arrecadação dos seus respectivos estados.

E aí nós vemos aqui no Paraná, tenho apenas 45 segundos para concluir, fechando com a EMATER, a chave de ouro da administração dele. Não consegue resolver o problema do pedágio e quer complicar a vida de uma instituição que vem, ao longo desses anos, contribuindo para o desenvolvimento e o aumento da produção das pequenas e médias propriedades do Paraná.

A EMATER tem sido parceira nos municípios e eu fui Prefeito, fizemos programas de piscicultura, de apicultura, de distribuição de semente, de horas comunitárias, e tivemos muito sucesso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que mexer em time que está ganhando? O Governador deveria estar preocupado, sim, com coisas que vão mal neste Estado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (Sem Partido)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto que há muito tempo ainda não se resolveu, não só no Paraná, mas principalmente nas cidades-pólos do Paraná, que é a questão do Instituto Médico Legal das grandes cidades e que, automaticamente, atende todas as demais cidades do Estado do Paraná.

O Deputado Greca, que tem uma formação mais elitista e mais culta, lançou um projeto chamado. O Porto É Nosso. Aproveitando o gancho só que em uma linha mais popular, vou lançar hoje a mesma campanha: "O IML é do povo do Paraná".

Hoje pela manhã já conversei com o Governador, com alguns Deputados e com o Secretário Delazari, chamando à responsabilidade do Governo a questão do Instituto Médico Legal do Paraná. Todos, começa pelo de Curitiba e termina com o de Cascavel, sem falar o de

Ponta Grossa, que falta médico, pessoal e equipamento. E o Instituto Médico Legal é um dos órgãos mais sociais e mais triste que uma cidade tem, é aquele momento em que se comunica que alguém morreu tragicamente, se a pessoa foi assassinada, se morreu através de um suicídio, ou a pessoa morreu acidentada em uma rodovia. Como nós temos uma rodovia de maior entroncamento rodoviário do Sul do Brasil, que é a região de Ponta Grossa, é importante que o Governo do Estado abra imediatamente concurso público para médicos.

Desde 1994 não há concurso. E aí, quando uma pessoa morre, o corpo fica, às vezes, dez horas dentro do Instituto Médico Legal para ser liberado. Uma verdadeira vergonha! Só é liberado quando é um bacana, quando é ligado a alguém importante, ou político. Essa é a verdade. Quando é um coitadinho, lá do interior, bairro, da favela, seja ele quem for, o corpo, muitas vezes, depois da meia-noite só tem necropsia às 08h00 do dia seguinte. Como se aquela família não tivesse sentimento!

Então, eu estou começando uma campanha aqui, estou entrando com uma indicação hoje pedindo ao Governo que abra concurso público para colocar médicos, para que acabe com esse sofrimento, principalmente das famílias mais humildes, porque quando é um bacana, até o médico que está lá, muitas vezes interessado, vai correndo lá e faz a necropsia na madrugada.

Peço aos companheiros que me ajudem. O IML é o lugar mais triste deste Paraná e tem que ser tratado com sociabilidade, com respeito.

Então, é esse o pedido que eu vim fazer, hoje, aqui. Já pedi hoje, ao Governador, pedi ao Secretário Delazari, e vou falar todos os dias, até que se abra um concurso público para acabar com esse sofrimento, porque, quem já passou por isso, sabe que de repente o corpo está estendido na rodovia, o IML não vai, o médico bacana demora cinco, seis horas para liberar o corpo e vem com aquele papo furado que é a lei que diz que tem que esperar seis horas. Só tem lei quando é alguém do povo.

Mas, quando é um bacana, libera em dez minutos! E eu já disse que o dia que acontecer isso em Ponta Grossa, que liberarem em dez minutos o corpo de alguém, lá do IML, que for um bacana, eu vou meter fogo no IML para acabar com essa palhaçada, porque isso é uma verdadeira vergonha! Ou põe ordem ou manda fechar os IML's do Paraná! Isso é uma grande vergonha que nós estamos passando, e eu estou fazendo esse apelo público, porque é hora de agir! O IML é o lugar mais triste deste Paraná, é o lugar onde começa uma desgraça e o drama de uma família!

Por isso, Sr. Presidente, era isso que eu queria pedir hoje: que o Governo olhasse com responsabilidade social e respeito às famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Como o Deputado Durval Amaral está na CCJ, passamos para o próximo inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados amigos da EMATER que hoje estão em massa presenciando e prestigiando a Sessão da Assembléia Legislativa no momento em que na Ordem do Dia vamos apreciar o projeto de lei, oriundo do Governo do Estado, que visa transformar a EMATER em autarquia. Depois, na hora de encaminhamento do projeto, vamos falar sobre a EMATER.

Neste Pequeno Expediente, quero falar sobre outros assuntos. Um diz respeito - o Deputado Jocelito acaba de falar - à questão da Saúde do nosso Estado do Paraná.

Deputado Jocelito, eu questiono até V. Exa. já que V. Exa. é um Deputado que integra a Base do Governo, vice-Líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa: - o que o senhor tem a me dizer sobre os outdoors espalhados no Paraná que o Governo do Estado anuncia um bilhão de reais investidos na Saúde Pública do Estado do Paraná, e V. Exa. usa a tribuna reclamando e questionando o Governo pela falta de gente do IML do Estado do Paraná, em Ponta Grossa. Essas questões são sempre dúvidas, são apregoadas de um lado, e por outro, aqui na Assembléia Legislativa, são defendidas.

Srs. Deputados. Será que a questão daquele um bilhão de reais que se anuncia que o Governo do Estado está investindo e gastando, na Saúde, não é a mesma propaganda que ele fez na questão da Educação?

No começo do ano, o Governo do Estado tinha uma propaganda que dizia: - O Governo que mais investe em Educação, no Brasil, é o Paraná. Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Fiscalização aqui da Assembléia Legislativa, quando o Secretário da Fazenda veio aqui, antes do recesso de julho, disse, com todas as letras: "O Governo do Paraná não gastou 35% com a Educação, gastou 27%", mas nesses 27% está incluso o 3º grau, quando, na verdade, a Lei diz que o Governo é obrigado a gastar 25% com o ensino básico! Segundo o levantamento da APP Sindicato, no levantamento que eles têm é que o Estado gastou, no ano passado, não 35, nem 27; gastou, apenas, Deputado Dobrandino, 20.22% com o ensino básico, no Estado do Paraná! Não são palavras minhas, são do Presidente da APP Sindicato e confirmados na audiência pública que teve no plenarinho da Assembléia, pelo Secretário da Fazenda do Governo do Estado.

Aí eu pergunto: Será que não é demais a propaganda, neste Governo e pouca ação? Será que o Governo não procura, de repente, denegrir aquilo que foi feito em favor do Estado do Paraná, da sua forma de querer ser e prejudicando, muitas vezes, uma classe toda, com propaganda enganosa? Será que não é a mesma coisa que está acontecendo com a EMATER, Deputado Valdir Rossoni, quando se fala de uma forma para a população do Paraná e a verdade é bem diferente? Vou falar sobre isso depois.

Será que não são dois pesos e duas medidas o que está acontecendo no Governo do Estado, quando se diz que o pedágio inviabiliza a agricultura, mas não se disse que no ano passado, em 2004 e quem disse isso não foi este Deputado, foram a OCEPAR e FAEP, que o agricultor recebe oito reais a menos pelo deságio do Porto de Paranaguá pela ineficiência? Isso ninguém diz! Pela incapacidade administrativa que se instalou no Porto de Paranaguá! Agora, 300 reais inviabilizam o agronegócio e a agricultura?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está concluído o seu tempo, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, uma forte saudação aqui a todos os técnicos e a todos aqueles que fazem a EMATER no Estado do Paraná. Nós vamos nos aprofundar no assunto EMATER na continuidade, no momento das votações, mas neste momento quero saudar ao empresário Luiz Mussi que novamente está trazendo a esta Casa o seu canal de Televisão, o Canal 21 para que aqui nós possamos informar, para que a população do Paraná, em especial de Curitiba e Região Metropolitana possa saber aquilo que acontece na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque uma boa parte daquilo que os outros meios de comunicação levam à sociedade paranaense, não é exatamente aquilo que acontece no Plenário da Assembléia Legislativa e com relação às próprias ações do Governo do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, nós temos visto o Governo do Paraná gastar bastante dinheiro com propaganda, mas tem investido muito pouco na área da saúde. No material que o Governo divulga, tem uma frase: “Nenhum outro Estado investiu tanto em saúde”, o que não é verdade, Deputado Rusch. Nós vamos mostrar neste momento que o Governo mente descaradamente quando paga aos meios de comunicação para levar uma informação que não é verdadeira, a todos nós paranaenses.

Quero dizer a todos vocês que estão aqui, da EMATER, e a todos que estão nos ouvindo: o Governo do Estado do Paraná tem gasto, através da Secretaria da Comunicação Social, valores significativos, tudo isso pelas mãos do Secretário da Comunicação, Aírton Pissetti que, por várias vezes foi convocado e convidado a vir à Assembléia Legislativa, neste plenário, para responder perguntas aos Deputados e nunca quis vir!

Para se ter uma idéia, só neste ano foram orçados 140 milhões de reais para “torrar” em propaganda! Ouçam bem: 140 milhões de reais! O maior gasto da história do Paraná! A coisa é tão escandalosa que já tem

ação na Justiça. O Promotor de Defesa da Proteção da Saúde Pública da nossa cidade de Ponta Grossa, o Fuad Fahagi, entrou com uma representação junto ao Ministério Público para que sejam investigadas as ações da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Sabem por que o promotor fez isso tudo? Porque ele está cansado de ouvir as alegações do Governador Requião de que falta verba para a Saúde! O promotor entrou, nos últimos anos, com várias ações contra o Governo, pedindo recursos para medicamentos, para ampliação das UTI's, entre outros tantos problemas, mas sempre obteve como resposta, que o Governo não dispunha de dinheiro para investir na Saúde! Como não tem dinheiro para a saúde e gasta fortunas com publicidade? O promotor quer saber, o povo do Paraná quer saber. O promotor também levanta dúvidas sobre licitações e sobre as verbas que o Secretário da Comunicação Social vem fazendo com que seja desperdiçada pelos ralos do Governo. Enquanto a farra da propaganda continua, as pessoas continuam pedindo remédios e morrendo, muitas vezes, por falta de UTI's!

Uma coisa, Deputado Dobrandino foi determinante para o promotor pedir investigações: só numa licitação a previsão de gastos em publicidade do Governo Roberto Requião é de R\$ 70 milhões de reais! Licitação essa feita no começo de 2005. E pasmem, já gastaram todo esse recurso, R\$ 70 milhões de reais!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. vai usar o horário de Liderança do seu Partido?

(**Assentimento**)

Está concedido mais cinco minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PFL

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Hoje, nós estamos vendo, no mês de agosto, uma nova licitação pública sendo aberta, para fazer com que mais R\$ 70 milhões de reais, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, sejam dirigidos para a área da comunicação social, que possa o Governo do Estado divulgar as ações do Governo! Enfim, para a saúde nós não temos recursos, mas para a publicidade nós temos!

Quero dizer a todos a quatro anos atrás, nós víamos no Plenário desta Casa, Deputados que hoje fazem parte da Base Aliada do Governador Roberto Requião, quase na sua maioria criticar o Governo anterior por gastar demais em publicidade, que era um horror o dinheiro jogado pelos ralos, que a saúde não ia bem! que as estradas só tinham buracos, que à educação faltava recursos! E pasmem, aqueles que lá no passado tanto criticaram, hoje estão aqui, aceitando e aprovando o Orçamento do Estado, que direciona R\$ 140 milhões de reais, só neste ano de 2005, para divulgação através, da Secretaria da Comunicação, e não lamentam nada e não tomam posição nenhuma, aceitam tudo como vem do Poder Execu-

tivo. Então, a palavra de ontem, não vale para o dia de hoje.

O Estado precisa de investimentos em várias áreas. Está o Deputado Jocelito Canto, vice-Líder do Governo Roberto Requião nesta Casa, chamando a atenção e fazendo pedidos para que o IML de Ponta Grossa possa receber estrutura para atender às pessoas que ali necessitam ter os seus laudos através dos peritos, e ao mesmo tempo, através dos médicos legistas que ali trabalham.

Eu quero dizer a todos vocês da EMATER. Estamos na defesa. Eu pessoalmente sou contra a autarquização da EMATER. Eu sei e reconheço o trabalho que vocês prestam para os pequenos produtores do nosso Estado. Eu conheço, e não é justo neste momento, àqueles que pregam a defesa dos pequenos produtores e da agricultura do nosso Estado do Paraná, tentar modificar a EMATER que presta um grande serviço a todos os produtores do nosso Estado do Paraná!

A vocês repito: Têm o nosso apoio! Vamos discutir aqui na continuação desta Sessão! Vamos tentar fazer com que os Deputados que não têm o seu convencimento, ainda, da importância que tem a EMATER, o porquê de ela continuar funcionando, como está, para que nós possamos, dessa forma, derrotar essa idéia do Requião! Quero aqui dizer que a EMATER é nossa, nossa, dos paranaenses, a EMATER tem que continuar trabalhando, porque ela dá sustentação para os pequenos produtores do nosso Estado do Paraná. Aqueles que defendem tanto os pequenos agricultores do Estado do Paraná, que tem uma história de defesa, neste momento, pelo que sinto vão votar contra os pequenos agricultores, porque vão querer modificar a EMATER do nosso Paraná!

Fiquem de olho, porque o discurso é diferente da prática, são poucos os Parlamentares desta Casa, que têm posição, porque o discurso é um, na hora de votar, é outro, e na hora de ir lá no município que vocês trabalham, vão se reunir com os pequenos agricultores e vão tentar levar o voto deles no ano que vem nas eleições! Fiquem de olho! Fiquem de olho e tirem fora aqueles que agem dessa forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Pedro Ivo, Srs. Deputados.

Nós hoje estamos vivendo um dia atípico nesta Casa. Quero inicialmente me dirigir à televisão. Temos aqui muitos técnicos do interior e só há uma maneira de nos comunicarmos com a população, através dos meios de comunicação.

Por esta razão, quero saudar aqui o Mussi, dono do Canal 21 que corajosamente coloca sua televisão transmi-

tindo ao vivo para toda a Capital do Estado. Já temos um compromisso do Presidente Hermas Brandão, de que dentro de alguns meses os paranaenses terão o prazer de acompanhar o trabalho dos Parlamentares aqui nesta Casa, através da TV Assembléia, via satélite. Todos os paranaenses poderão observar o trabalho do seu Deputado.

Por isso saúdo o Mussi, e se ele estiver me assistindo, dizer de que não é apenas o agradecimento do Deputado Rossoni, mas é o agradecimento de toda a Oposição do Paraná, que quer que a população paranaense saiba que aqui tem Deputados, sim, que enfrentam o Governador Requião, porque o Governador é muito corajoso! Outro dia nós tivemos aqui uma Sessão Solene e o ilustre Governador chegou aqui e teve a coragem de dizer que se nós não aprovarmos o projeto de autarquização da EMATER, ele corta recursos e fecha a EMATER!

Ora! Pelo jeito esses conselhos que o Governador tem recebido e tem transformado em ação através de suas atitudes, talvez seja da amizade íntima que ele tem com Hugo Chaves, porque essa não é a atitude de um governante eleito democraticamente pelos paranaenses. Ele não pode achar que nós Parlamentares somos vaquinhas de presépio. Ele tem que saber que nós estamos aqui para debater os projetos, encaminhar, emendar e melhorar os projetos. Esta Casa é autônoma, ela não depende do Executivo, não depende do Governador e nem da palavra do Governador!

Nós aqui hoje vamos deixar a nossa posição clara aos paranaenses, quanto à posição da EMATER, mas acho que está faltando uma pessoa neste ambiente, o Vice-Governador do Paraná, Orlando Pessuti. Lembrome como se fosse hoje, quando o Governo anterior encaminhou a esta Casa uma lei igual a esta. Subiu naquela tribuna, o então Deputado e hoje Vice-Governador, e argumentou a este Parlamentar e ao Deputado Durval Amaral, dizendo que esta medida de autarquizar a EMATER era um absurdo e que prejudicava os agricultores paranaenses. Nós, como Líder do Governo, acatamos a opinião do então Líder da Oposição daquela época. Fomos ao Governador, retiramos o projeto, convencidos pelo então Deputado Orlando Pessuti.

Eu quero dizer a V. Exa. que sempre na história desta Casa o parlamentar teve um minuto para concluir o seu pronunciamento.

Voltarei no encaminhamento desta matéria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência está dando continuidade ao que já foi iniciado pelo Presidente Hermas Brandão: sendo rígido no tempo, para que possamos dar oportunidade a todos.

Grande Expediente:

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da EMATER, agricultores aqui presentes, enfim, todos vocês que nos visitam nesta tarde.

Gostaria de esclarecer, embora muita gente pense, não sou funcionário de carreira da EMATER. Sou funcionário da Secretaria da Agricultura. Antes era funcionário do IAP quando ainda era ITCF. Orgulho-me muito de ser funcionário da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Aliás, antes de ser funcionário da Secretaria da Agricultura sou engenheiro agrônomo, e antes de ser engenheiro agrônomo, sou filho e fruto de pequenos agricultores do nosso Paraná.

A minha família tem a mesma propriedade onde nasci, oito alqueires de terra. Uma pequena propriedade que me faz andar sempre arraigado de mãos dadas, apaixonado e convicto pela agricultura do Paraná.

Há poucos dias pensava sobre esta questão que estamos apreciando nesta Casa. Esta questão não é nova!

Portanto, o primeiro encaminhamento que gostaria de dar, não se trata de uma votação onde tenha que se separar Situação da Oposição. Trata-se de uma votação onde tenhamos que discutir o que queremos da EMATER para o Estado do Paraná.

Grande parte dos municípios do Paraná está completando, principalmente os do interior, 50 anos de emancipação política e administrativa.

Há uma similaridade entre a história da colonização do Paraná, da formação nas nossas pequenas propriedades, com a nossa EMATER.

Aliás, lembro-me que era tido como regra nos pequenos Municípios, junto com o padre, o gerente do Banco do Brasil, o Prefeito, a quarta autoridade era o técnico da EMATER.

A EMATER não deve tão somente ser discutida do ponto de vista trabalhista, apenas do ponto de vista da sua gestão, que depende do encaminhamento de cada participação administrativa que o Estado tem.

Há algo mais do que isso. A EMATER representa para nós a ligação da nossa agricultura como desenvolvimento do Paraná.

Tenho que aqui fazer uma referência àqueles que transformaram a EMATER no braço tecnológico, no braço social, no braço de organização, no braço de apoio da nossa agricultura.

Não tem como discutir um projeto como este, se não colocarmos a EMATER dentro da conjuntura da agricultura do Estado do Paraná. Quem sabe os grandes agricultores até tenham condição de ter uma assistência técnica privada, mas a EMATER supre o papel da assistência técnica pública e gratuita e tem que ser de qualidade, porque o agricultor não pode esperar a morosidade

que, muitas vezes, encontramos no serviço público, Deputado Rafael Greca.

Lembro-me quando começou a discutir-se no Paraná o programa de manejo integrado de solos e água, por exemplo, que nasceu do berço da discussão dos técnicos do Paraná. Para quem não sabe, é tão fácil perder a camada fértil do solo; é tão fácil transformar as propriedades em taperas; é tão fácil deixar que muitos agricultores desesperançados e abandonados venham para as regiões metropolitanas, não encontrando aquilo que esperam encontrar. Lembro-me quando foi discutido esse programa, que perdíamos, a cada chuva, o sólo fértil das nossas propriedades.

Demoramos trezentos anos para formar um centímetro de solo através do processo geológico. Se não cuidarmos, perdemos isso com uma chuva. A EMATER, com a Secretaria da Agricultura fez e executou um programa no Paraná, que não foi exemplo para o nosso Estado e nem para o Brasil; foi um exemplo para a América Latina, para o caribe, para outras nações do mundo, dando a condição de preservação do nosso solo e das nossas águas. Quanto vale isso?

Vamos discutir monetariamente?

Isso não tem preço! Não há preço para o Duílio, da EMATER, que ajudou a escrever o maior programa de equivalência produto que o Governador Requião desenvolveu no seu outro Governo, quando então era Secretário o hoje Senador Osmar Dias. Programas, Deputado Anibelli, da renovação genética, programas do PIA, de inseminação artificial. Aliás, digam um programa público, neste Paraná, que não tem a mão da assistência oficial!

Para mim, EMATER e IAPAR, com toda consideração que tenho por todas as empresas do sistema de agricultura, mas me permitam dizer aqui, o coração da agricultura do Paraná é a EMATER e o IAPAR. Para mim, o IAPAR e a EMATER são como a SANEPAR e a COPEL do Paraná. Se nós queremos uma empresa competente, ela não pode sofrer daquele mal que muitas vezes sofre o serviço público: vai um agricultor em março pedir uma coisa! Tem que esperar abrir orçamento; quando tem carro não tem gasolina; quando tem carro e gasolina, não tem diária; quando tem carro, gasolina e diária, não tem funcionário. Isso nós não queremos para a EMATER do Paraná.

Sei que muitos devem estar perguntando: mas isso tudo vai acontecer? Vai! Vai, se tivermos uma empresa eficiente! Há pouco, tivemos uma seca no Paraná e o agricultor não poderia esperar dois meses para fazer um laudo de vistoria. Aquela pesquisa que, muitas vezes, sai do IAPAR ou da EMBRAPA ou de qualquer setor que seja, quando aplicado à pequena agricultura, precisa de aplicação imediata.

Lembro-me quando de madrugada já no nascer do sol, chegava à propriedade do agricultor o carro branco da EMATER. Reuniam as senhoras das comunidades rurais, tratavam daquilo que acontecia na comunidade.

Hoje, somos o maior exportador quem sabe, de carne suína, mas lembro-me que isso começou com a orientação da EMATER, através do cruzamento das três raças, o primeiro trabalho de valor genético da suinocultura acontecida no Paraná. Lembro-me que muitos agricultores só conseguem permanecer trabalhando, e falo isso de coração, porque têm a assistência técnica da EMATER, porque têm o braço forte, decidido, do trabalho que deve ser feito no interior do Paraná.

Agora, é claro, problemas existem na EMATER. Na minha opinião deve ser tomado um choque de gestão, quem sabe, uma reforma administrativa. Fala-se no plano de cargos e salários. Pois bem. Se colocássemos aqui em discussão o plano de cargos e salários da EMATER, posteriormente poderíamos discutir o regime jurídico, porque aquele que entrasse na EMATER estaria sabendo que ali ele teria uma carreira profissional e não um “bico” de trabalho, porque isso não serve para a agricultura do Paraná. Temos que defender o pequeno agricultor, que ainda continua trabalhando nas pequenas propriedades.

Então, defender a EMATER é muito fácil. Ela se confunde com a história de grande parte dos municípios do nosso Paraná. Aliás, lembro-me, e conversando com uma pessoa que trabalhava aqui num posto de gasolina, que vindo ele do interior do Paraná, ele não fazia as contas daquilo que deixou para trás. E carregado de esperança, veio aqui e acabou sendo açoitado pelos problemas sociais das grandes cidades, como é o caso da nossa Curitiba, da região metropolitana.

Portanto, na minha modesta opinião, acho que essa discussão é sobre a agricultura do Paraná. Se quisermos no IAPAR pesquisadores competentes, que são graduados, mestrados, doutorados e pós-doutorados, não podemos imaginar que ele não tenha um salário condigno com aquilo que ele se preparou para conhecer e aplicar no seu conhecimento. É claro que aí vamos perder esses técnicos para as grandes empresas, e não é isso que queremos no Paraná. Nós queremos, sim, uma EMATER competente, eficiente, dinâmica e capaz, que possa interpretar o anseio do nosso pequeno agricultor.

Acho, Deputado Traiano, que deveríamos discutir uma alternativa para uma carreira profissional na EMATER e não justamente fazer o contrário, porque se voltarmos com a EMATER para quem sabe termos o mesmo caminho que teve o IAPAR, certamente não estaremos fazendo a melhor opção para a agricultura do Paraná.

Acredito que é possível raciocinarmos sobre esta situação e não colocarmos aqui oposição, situação. Discutimos o que queremos para a agricultura do Paraná, para os próximos 50 anos. Na existência da EMATER, sabemos o que foi feito do Paraná. Muitas vezes fala-se que a EMATER poderia fazer mais. Sim, poderia. É só fazer programa que a EMATER executa! Chegamos a ter 8% do orçamento do Estado, aplicado no sistema de agricultura do Paraná em programas, e hoje temos 1.7. Imagino que nós poderíamos ter, sim, uma ação muito maior por parte da EMATER, em programas importantes além

daqueles que já fazem: do agronegócio, da agroecologia, do sistema ambiental, da tecnologia, da produção, do fomento, da organização, enfim, de tudo aquilo que a EMATER faz e liga o Governo do Estado com todos os municípios do Paraná. Não há um órgão público que tenha a dimensão e a capilaridade que a EMATER tem no Paraná.

Por isso, faço essas colocações como reflexão, para que possamos raciocinar sobre isso. Imagino que a agricultura, na minha opinião, não deva nunca apenas a defesa em discurso, e por convicção deva ser colocada no lugar que merece. Se não me falha a memória, quase que 40% do PIB do Paraná é gerado pelo sistema da agricultura e do agronegócio no nosso Estado. Se quisermos uma empresa que corresponda ao valor que a agricultura tem pelo e para o Paraná, nós podemos ter uma empresa de vanguarda, que realmente tenha condição técnica, científica e mobilidade para responder aos anseios dos nossos produtores.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Zucchi, quero felicitá-lo pela qualidade do seu elogio e da ação histórica da EMATER no interior do Paraná: Ninguém no Paraná tem dúvida disso, muito menos, nós, Deputados.

Pertenço a uma autarquia de excelência, que é o IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, que trouxe para Curitiba o Prêmio Mundial do habitat, pela qualidade dos serviços dos seus técnicos. Eu queria lhe perguntar qual é a diferença entre uma autarquia e uma empresa. É só uma questão de reivindicação salarial ou há uma diferença de agilidade? Qual é a sua visão? Temos que discutir o mérito da proposta do Governo. Imagino que, em sendo autarquia a EMATER, o Governo Requião não é louco de parar com os programas de assistência ao pequeno agricultor, ainda mais porque ele se proclama candidato à reeleição. Ele não há de querer que lhe salguem a terra aonde ele for pisar no interior do Estado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Na minha opinião, Deputado Rafael Greca, é uma questão de operacionalização, de inserção da empresa dentro do contexto do Estado. Como eu disse para todos os Deputados, não podemos atrelar uma empresa com a capilaridade da EMATER, com a função que ela tem, àquela enrolação que existe dentro da máquina pública. Como eu falei, daqui a pouco tem que esperar abrir o orçamento ...

(Aplausos)

... para comprar uma máquina de 40 mil reais, tem que mandar o processo para o Governador, e aí se demora bastante tempo.

Caso ocorrido recentemente, não sou eu que estou falando, com relação ao IAPAR, por exemplo, foram divulgados na CBN, problemas de natureza

administrativa. Não podemos transformar a EMATER em uma empresa que possa sofrer desse mal que muitas vezes sofre o serviço público, que funcionário tem que fazer “bico” em outro lugar para poder sobreviver, porque o salário não dá para sustentar a sua família.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Hoje, quem paga as contas da EMATER?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

As prefeituras que pagam quinze mil reais por técnico, para fazer o convênio com cada município. A EMATER, hoje, Deputado Rafael Greca, tem parceria com a iniciativa, com o Governo Federal e também com o Governo do Estado. Se quisermos alguma coisa que seja eficiente em termos de agricultura, tem que ter dispêndio com relação à questão financeira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Augustinho Zucchi, eu gostaria de lhe alertar, que conforme os inscritos, o seu tempo de trinta minutos estaria dividido com o Ivo Petri, como título de informação para V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o horário do Grande Expediente foi cedido a mim e eu cedi ao Deputado Zuquinho. Eu que fiz a reserva no mês de junho para este dia e cedi o horário ao Zuquinho, para que ele pudesse fazer o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esclarecer que o Deputado Hermas Brandão nos colocou, que o tempo seria dividido com o SINDASP, com o Ivo Petri. Se não for, tudo bem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem. É importante que fique registrado nesta Casa. Espero a compreensão do Deputado Augustinho Zucchi, que o Deputado Plauto estava inscrito no Grande Expediente.

Nós abrimos mão da metade do Grande Expediente para o Deputado Augustinho Zucchi, que é um profundo conhecedor dessa questão, e agora a Oposição está abrindo mão para o Presidente do Sindicato.

Que fique registrado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Deputado Traiano, eu pediria a V. Exa. que se pudesse fazer o encaminhamento *a posteriori*, para que eu possa apenas concluir, e peço, Deputado Ivo, que V. Exa. me dê um minuto, porque nessas questões de ordem eu perdi um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Tudo bem, será descontado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Eu vou compreender a sua solicitação.

Já estou inscrito no Horário da Liderança do PSDB. Vou me manifestar sobre o assunto e também devo encaminhar no momento da votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Muito bem.

Portanto, quero encerrar esse encaminhamento dizendo o seguinte: as perguntas formuladas aqui, eu acho que estão na cabeça de cada Deputada, de cada Deputado. É claro que se há problema com relação à gestão administrativa da EMATER, deve ser discutido, gerenciado.

Agora, para nós mudarmos o regime jurídico, nada impede que nós tenhamos discutido aqui antes disso um plano de cargos e salários, por exemplo, para garantir a autonomia da EMATER, do ponto de vista do seu gerenciamento, do ponto de vista da sua mobilidade, porque se nós engessarmos a EMATER, eu digo EMATER como sistema estadual de agricultura, nós não estaremos contribuindo para aquilo que mais queremos para a agricultura do Paraná e tenho certeza, o Governador também, que é valorização do nosso pequeno produtor que já passa por dificuldades para sobreviver. Quer dizer, custa caro manter uma empresa como a EMATER?

Então, se custa caro, temos que ver a relação custo-benefício, porque nós sabemos o que significa a EMATER para o nosso Paraná.

Parabéns a todos os técnicos da EMATER. A história que vocês construíram junto com o povo do Paraná, deve ser pensada daqui para frente, porque até agora foi uma história muito bonita. A partir daqui nós temos a responsabilidade de ajudar a construir; por isso acho que deva merecer uma profunda reflexão esse projeto, hoje, na Assembléia.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Eu consulto o Deputado Plauto Miró porque o Deputado Augustinho Zucchi tinha 22 minutos do tempo que foi utilizado, passamos agora ao Ivo e incorporamos ao Horário da Oposição?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Não, Sr. Presidente, nós abrimos mão do Grande Expediente: metade para o Presidente, metade para o Deputado Augustinho Zucchi.

O Horário da Liderança da Oposição está reservado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com os descontos, dez minutos.

Com a palavra o Sr. Ivo Petry.

Sr. Ivo Petry (Presidente do SINDASP)

O SR. IVO PETRY

Srs. Deputados, primeiro queremos, em nome dos trabalhadores, aqui, produtores, vereadores, prefeitos, representantes de vários municípios, agradecer à Assembléia Legislativa, e peço uma salva de palmas para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ...

(Aplausos)

... por uma razão muito simples. Nós estamos discutindo aqui 1.26 do orçamento do Estado para a agricultura do Estado do Paraná, apenas e tão-somente. Estamos discutindo apenas e tão-somente 150 quilômetros de recuperação das rodovias, apenas e tão-somente. Estamos discutindo aqui apenas 79 milhões por ano, para a instituição EMATER. E eu falo da Assembléia Legislativa, porque, infelizmente, só aqui que abrimos negociação sobre o projeto, uma audiência pública, participaram líderes do Governo, uma discussão com os Deputados e com a Comissão de Justiça e agora no grande plenário. E nós, Srs. Parlamentares, em nenhum momento tivemos abertura do governo para negociação dessa tese, a não ser na semana passada que o Governo mandou o Procurador do Estado, Dr. Sérgio Botto, conosco. O Governador Requião fala tanto na EMATER, elogia a EMATER e sequer mandou a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná discutir conosco essa situação.

Tudo o que o Governo quer fazer com a EMATER agora, é possível, se autarquizá-la, concurso público que o próprio Governo Requião prometeu na campanha política, Plano de Cargos e Salários - que não precisa autarquizar para fazer - liberar os veículos, fazer convênio com a MDA, tudo, sem precisar autarquizar.

Nós sustentamos aqui dentro da Assembléia Legislativa o que vivenciamos há doze anos atrás, quando o Governo Requião autarquizou o IAPAR, o IPARDES, a FAMEPAR e outros órgãos. naquela oportunidade - e eu participei desse episódio - nós falávamos que se autarquizasse o IAPAR, ia perder agilidade, ia sucatear, ia perder profissionais. Pois aconteceu exatamente o que falávamos. Naquela oportunidade a votação foi maior ainda, Deputado Anibelli, a favor da autarquização. E o que nós sustentamos hoje é que, se autarquizar a EMATER, a agilidade que estes companheiros que estão aqui têm para atender o produtor, para mobilizar, para executar as políticas agrícolas, vai se perder.

Vou dar um exemplo, sem discurso, porque Marcos Isfer, gostaríamos que a autarquia fosse igual ao DETRAN (ininteligível)...mas não é. Se o Governo quer mudar, e quer mudar para melhor, Deputado Stica, ele teria que negociar conosco. Ele simplesmente não negociou até agora.

Eu falava aqui no último pronunciamento, o Governo do Estado deixou sua base aliada de saia justa, porque em nenhum momento explicitou a real intenção de autarquizar. Quando ele fala de fazer o plano de cargos e salários depois de autarquizado, ele entra em contradição, porque se ele está reclamando que não pode ter inflação no ano para os trabalhadores da EMATER, por que ele gastaria num plano de cargos e salários?

Quando ele fala em dívida trabalhista, eu queria esclarecer aos Srs. Deputados, ela dá correção da inflação, Deputado Rossoni, não tem aumento real da inflação para esses técnicos poderem permanecer no seu local de trabalho. E os salários da EMATER são iguais à grande média dos salários dos servidores públicos. Tem, sim, dezesseis companheiros que nós já pedimos PDV e teto salarial para resolver, que é acima da média. Todas as alternativas, Srs. Deputados, todas as alternativas.

Deputada Luciana, Deputada Elza, nós demos ao Governo, primeiro fazer o PDV; segundo, fazer teto salarial; terceiro, flexibilizar os índices salariais futuros. Todas as alternativas.

Em nenhum momento o Governo respondeu, a não ser o Sr. Roberto Requião, através da imprensa, e mandou o Dr. Sérgio Botto para negociar, sem autonomia, sem condição de negociar. Em nenhum momento os setores da agricultura discutiram isto, Deputado Tadeu Veneri. Nós somos a favor da mudança, desde que não se faça mudança "burra", entre aspas e por que "burra", Deputados? Burra porque no Mato Grosso do Sul, no primeiro governo do Zeca do PT, eles fizeram exatamente o que está propondo o Governo Requião, transformar em autarquia, com quadro celetista em extinção. O que aconteceu, Deputado Stica, depois de cinco anos? Todos os trabalhadores estão ganhando as suas ações trabalhistas de reajustes salariais e deu a maior confusão entre o quadro celetista e o quadro de servidor público! Nós queremos mais confusão para a extensão rural? Nós queremos endividar mais a EMATER? Quando o Governo fala em custo, ele esquece de dizer que os problemas não vão terminar, e se a Assembléia Legislativa votar esta discussão hoje aqui, meus caros Deputados, - que nos receberam muito bem até agora -, nós não iremos para casa descansar. Aí vão estar começando os problemas judiciais, jurídicos, até porque a Comissão de Justiça votou por sete a seis a inconstitucionalidade.

Eu fico pensando, meus amigos, colegas extensionistas, valorosos amigos da extensão rural, na situação do Deputado Nereu Moura, ele é um companheiro que nos recebeu aqui de braços abertos, como outros do Governo, que sabem da situação da EMATER, sabem da agilidade, se precisar reunir amanhã o produtor, mobilizar, o pessoal da EMATER está ali. Se precisar até meia-noite, fazer cartão, fazer sacola, mobilizar qualquer coisa para execução, está lá.

Eu fico pensando no Deputado Nereu que não teve tempo para discutir, porque nos falou também que queria proposta alternativa, ficar numa tremenda saia justa. Eu

fico me perguntando, por que o Dr. Roberto Requião faz isto? Ele, que discursou à agricultura, fizemos almoço e jantar, por que isto? É salarial? Nós apresentamos uma economia de dezessete milhões, na semana passada, para o Dr. Sérgio Botto, apresentamos o acordo salarial com futuros dissídios e assim por diante. Então, por que mudar? E por que não queremos que mude? Porque achamos que a extensão rural merece ser tratada como estratégica pelo Governo do Estado do Paraná!

Autarquizar a EMATER é um passo para fazer com que a agricultura no Estado do Paraná, a sua execução piore cada vez mais, gravem isso, senhores, grave a televisão, grave a imprensa, nós vamos cobrar! Eu estava aqui há doze anos atrás, quando o IAPAR foi autarquizado; eu estava aqui com os dirigentes da época dizendo o seguinte: não autarquizem o IAPAR, ele vai sucatear, vai perder técnicos, vai faltar reajuste porque no IAPAR o plano de cargos e salários não existe! Hoje se comprova na prática!

Portanto, o que queremos dos Deputado nesses três meses é um pouquinho principalmente de compreensão dos nossos problemas. Se a EMATER vai fazer cinquenta anos no ano que vem, nesse regime, é porque esses trabalhadores deram conta, qual seja o Governo, da execução dos programas de Governo, de qualquer Governo que passou pelo Estado do Paraná!

Essa birra de querer autarquizar por autarquizar é um tiro no pé do Governo, é um salto no escuro e os Deputados sabem disso! O Governo não negociou conosco, nem tampouco informou aos Deputados. Por que fazer isso? Qual é o objetivo disso?

A colocação que o Governador não repassará mais recursos se não for autarquizada, para que isso? A EMATER não é inimiga! A EMATER é amiga!

Tivemos na audiência pública, Prefeitos, FETAEP, OCEPAR e outras fontes da produção deste Estado, dando depoimento que não pode mudar a EMATER; tem que fazer concurso público, tem que melhorar! Agora, não precisa fazer concurso público, e sim, autarquizar! Não vamos entrar na conversa que vamos ter plano de cargos e salários daqui a noventa dias, porque não vai ter, porque se tivesse, o problema salarial não é o grande problema do Governo!

Então nós, nesses três meses, estivemos aqui na Assembléia discutindo e argumentando todos os pontos que o Governo fez. Parece que isso não é suficiente. Então, pedimos aos Deputados que, no mínimo, ampliem a discussão disso! Somos os primeiros, Governador Roberto Requião! Se for para melhorar, estaremos juntos. Agora, um tiro no escuro para fazer o que aconteceu com o IAPAR há doze anos, não vamos entrar nessa!

Por isso estão aqui os trabalhadores. Se precisar vir na semana que vem, eles vêm, se precisar vir no mês que vem, eles vêm, se precisar vir todo dia, eles vêm, para mostrar a posição ao Governo. Infelizmente o Governo do Estado não deu direitos e atribuições às pessoas e aos setores competentes para discutir essa questão, porque

quem tem um mínimo de sensibilidade com a agricultura não entraria nessa conversa! Ainda mais uma empresa que só dá alegria, só dá condições ao produtor, só traz vantagens! Não há uma coisa que possa manchar o nome da EMATER!

Então, pedimos uma ampla discussão, uma melhor discussão, porque a autarquização aqui vai ser igual à que já vimos no Mato Grosso do Sul: Um tiro no pé, porque daqui a pouco esta dívida vai piorar ainda mais, se não for bem negociado.

Um abraço a vocês que vieram prestigiar esta grande votação.

(Aplausos)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças.

Com a palavra, o Deputado Reni Pereira.

Liderança do PSB: Deputado Reni Pereira

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes.

Subo nesta tribuna até para fazer o que não tive oportunidade de fazer na Comissão de Constituição e Justiça.

Fui abordado por alguns Deputados da base governista e alguns membros da imprensa que me pediram o porquê do relatório contrário ao Governo, e eu respondo que fiz o relatório favorável ao Governo porque a responsabilidade da Comissão de Constituição e Justiça é não deixar passar projetos, sejam eles de membros do Poder Legislativo, sejam do Poder Executivo, eivados de vícios de construção, para que amanhã ou depois, qualquer Tribunal invoque a inconstitucionalidade e esta Casa “coma bola”, no linguajar popular, “passamos batidos”, e a exemplo do que alguns Deputados que votaram contra o meu relatório na CCJ, falaram: “realmente você tinha razão. O projeto é meio inconstitucional”. Não existe “é meio inconstitucional”. Ou é, ou não é! Seria a mesma coisa que, num Estado democrático de Direito admitirmos uma confissão obtida mediante tortura. Não que isso seja uma tortura.

Com certeza ele seria constitucional se o Governo, de maneira clara, dissesse: “vou extinguir a EMATER, vou pegar tantos milhões da Secretaria da Educação, vou rescindir o contrato dos trabalhadores, vou criar uma autarquia, vou abrir concurso público para suprir os cargos dessa autarquia”. Isso ele não fez, e isso é inconstitucional, porque diz no artigo 4º dessa lei que está extinguindo alguns cargos de Diretor, de Diretor Administrativo, mas não diz de onde vai sair o dinheiro.

Aqui eu gostaria de me ater ao texto do artigo 7º da Mensagem que veio do Governo, que diz que “a estrutura

organizacional e as demais condições para o funcionamento do instituto, serão respeitadas as determinações legais cabíveis a serem aprovadas por Ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de noventa dias, contados a partir desse”. Significa dizer na prática: por decreto nós iremos criar cargos. Isso é ilegal! Cargos, só por lei, e por isso eu fiz o parecer pela inconstitucionalidade, e foi aprovado e quero render aqui as homenagens ao Presidente da CCJ, que foi um governista, sim, defendeu os interesses do Governo do Estado do Paraná, porque amanhã ou depois, como muito bem falou daquela tribuna, teremos ações judiciais e quem vai pagá-las, quem vai pagar os danos aos atuais funcionários e empregados públicos da EMATER, vai ser o povo do Paraná! Não se iludam! Não existe mágica de transformar empregos públicos em cargos públicos! Isso não existe! É proibido por lei!

É por isso que eu subo à tribuna, para dizer que fiz o relatório com base na Mensagem. Se a Mensagem fosse diferente, com certeza ela poderia ser legal e constitucional, mas da maneira como me foi proposta e, principalmente pelo requerimento de urgência que foi proposto nesta Casa, eu não poderia baixar em diligência. Então, a partir de agora, o parecer técnico que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça passa a ter um destino político. O parecer técnico pela inconstitucionalidade desse projeto passa a ter um destino de acordo com a vontade das Sras. e dos Srs. Deputados.

Gostaria de dizer que a responsabilidade que temos perante o povo do Paraná, não se extingue no ano que vem. Temos responsabilidade, inclusive de ver a legalidade dessa lei. Da maneira como ela foi proposta, é ilegal.

Por isso, peço aos Deputados e Deputadas da Casa que, independente do posicionamento, a independência do Poder Legislativo em relação ao Governo do Estado tem que ser maior do que a vontade política neste momento.

Faço esse apelo, desprovido de qualquer vaidade partidária ou política, porque, com certeza, se tivesse suprido as demandas e os vícios legais...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já se esgotou, Deputado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Barbosa Neto, cinco minutos.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ironia do destino, este Deputado participava juntamente com outros Deputados que sustentam o Governo desta Casa, de um Simpósio de Segurança Pública, realizado no último sábado em Londrina, quando quinze minutos depois o carro deste Deputado acabou sendo arrombado e levaram um porta CD's, que conseguimos recuperar trabalhando e comprando. Era apenas para deixar registro aqui; estou até com a cópia do Boletim de Ocorrências e aqueles Deputados que defendem o Governo e não sabem as dificuldades que hoje os policiais enfrentam para combater a violência, deveriam visitar as delegacias, deveriam ir para ver como é que funciona um plantão policial.

A policial com qual eu conversei disse que tem vergonha de ser policial e de portar um revólver calibre 22. Coloca-o inclusive debaixo da camisa, porque se os bandidos virem que é uma pequena arma, quando ela tem que levar os presos para o julgamento no Fórum, conseqüentemente não a respeitarão. Sabem que serão presas fáceis para os marginais.

Mas, ali mesmo dentro desse Simpósio de Segurança, vimos como aqueles que defendem o Governo estão numa Ilha da Fantasia. Acreditam num mundo virtual, que é mostrado através da propaganda, do rádio, do jornal e da televisão.

Primeiro que se estivesse tudo bem, não seria necessário até fazer um Simpósio para se tratar da Segurança Pública, mas aqueles que defendem o Governo, continuam acreditando que realmente está tudo bem na segurança.

A cobrança que fazemos aqui é justamente nesse sentido. Ouvi declarações dando conta de que o Governador é apaixonado pela polícia e por isso vai enviar o projeto para o reajuste salarial, já que os policiais civis estão em estado de greve e que pode ser decretada a qualquer momento, caso não venha o reajuste salarial que eles esperam, há onze anos. Os policiais militares há dez anos, também estão sem reajuste salarial.

A consequência de tudo isso é realmente a violência desmensurada como aconteceu com um ônibus de 29 passageiros, que durante essa madrugada foram vítimas de um seqüestro. A rota foi desviada e os marginais aprontaram tudo o que pode ser feito em termos de violência contra esses passageiros.

O Governo insiste com a propaganda na televisão, falando do Projeto POVO, da Patrulha Escolar, mas isso lá na base, daqueles que realmente precisam, que é o povo simples, o povo humilde que clama por segurança, isto não existe!

Mais um erro vai ser cometido agora em Cascavel, quando novamente vai ser feita essa força-tarefa, onde será anunciada para que os bandidos saibam que ela está chegando. Desfalcam as polícias do Paraná inteiro. Só de Londrina, vinte policiais militares e quatro das melhores viaturas irão para lá, pagando quatro mil e oitocentos reais para cada um desses policiais por mês, enquanto a média dos policiais militares é de 980 reais. Por que não

transferir esse dinheiro para o reajuste salarial consignado em folha de pagamento e não apenas um “cala-boca”, um abono, só para aqueles que fazem parte dessa força-tarefa?

É mais um erro do Governo. Já fiz isso por escrito, através de requerimento e, deixo mais uma vez, na tarde de hoje, consignado aqui esse problema seriíssimo.

Para finalizar, essa mesma policial se disse envergonhada, porque o Governo prendeu os policiais supostamente corruptos, mas não afastou totalmente a “banda podre”, e aqueles que permanecem - e que pressupõem que sejam honestos - não foram contemplados com o reajuste como deveriam e a valorização dos profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência quer registrar, a pedido do Deputado Duílio Genari, a presença nesta Casa do Presidente da Câmara Municipal de Toledo, Viefred Mussigenger. Esta Casa dá as boas vindas.

Consulto a Liderança do PT.
Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados.

A votação que faremos a seguir com relação à autarquização ou não, da EMATER. O Partido dos Trabalhadores teve uma reunião na noite de ontem e entendeu que não havia condições de termos um consenso a favor ou contra a autarquização. Por isso, os Deputados do Partido votarão dentro das suas convicções, dentro do seu entendimento, dentro do debate que fizeram com suas bases, inclusive, e nós entendemos que não foi possível nós termos uma posição fechada, até porque, no dizer de um companheiro de Bancada, nós precisaríamos ter um tempo maior para esse debate.

Entretanto, venho a esta tribuna para registrar, Sr. Presidente, que qualquer que seja a decisão tomada aqui e já falei isso com outros Deputados, Ângelo Vanhoni, - nós fazemos e temos o entendimento que é uma decisão dos Deputados, é uma decisão da Assembleia Legislativa, e não uma decisão que possa vir, por alguma razão, a trazer qualquer tipo de retaliação para os funcionários da EMATER, que se expressam livre e soberanamente.

Estou falando isso porque acredito que essa posição tomada aqui é uma posição que deve ser de responsabilidade exclusiva dos Deputados.

Então, mais uma vez entendo que nós, o Partido dos Trabalhadores, não tivemos condições de chegar a um consenso. Então, vamos ter votos favoráveis, ter votos contrários, nem uma companheira da EMATER pode sofrer nenhum tipo de consequência pelos atos que são de absoluta responsabilidade dos Deputados.

Era isso Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto a Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nossa saudação especial ao PIB da Agricultura do Paraná que neste dia se faz presente neste momento histórico da vida da EMATER do Paraná. Nossos cumprimentos aos nossos valorosos funcionários da EMATER do Estado do Paraná.

Não vou me ater às questões de ordem jurídica da legalidade, até porque com relação a isso, na Comissão de Constituição e Justiça, muito bem ficou evidenciado pelo eminente relator, Deputado Reni, brilhante, em suas exposições e com muita competência deixou evidenciado o aspecto inconstitucional do projeto de lei de autoria do Governo do Paraná.

Mas quero, Srs. Deputados, fazer aqui uma avaliação do que é a EMATER, do que ela representa aos paranaenses, da função social, que ela, ao longo da história da agricultura paranaense, teve seu papel preponderante e a contribuição que ela deixou à agricultura do Paraná e à economia deste Estado. Nós, que somos do interior do Paraná, sabemos o quanto é importante a ida do técnico da EMATER lá na pequena propriedade, levando a informação, a sua vivência, a sua experiência, a tecnologia a serviço da nossa gente.

Se o Paraná é o que é hoje, uma das principais economias deste País, e a grande responsável pela economia deste país é a agricultura, e o Paraná se coloca na vanguarda. Se os números da economia do Paraná se sobressaltam aos olhos de todos os brasileiros, com certeza, se isto foi possível, foi graças à capacidade de organização de trabalho do nosso agricultor, mas, acima de tudo, pela força, pela experiência e pela dedicação dos funcionários da EMATER do Estado do Paraná.

Por isso, vou me valer nesses poucos minutos que tenho para fazer aqui algumas indagações ao Sr. Governador, que agora vem ao Paraná tentar vender uma imagem nefasta, negativa de uma das instituições mais consistente e importante deste Estado e quem tem uma contribuição vital para os paranaenses. Não podemos concordar, de forma alguma, com o posicionamento do Governador, e também não podemos concordar com o comportamento e o posicionamento de alguns Parlamentares que, no passado, se posicionaram de forma diferente neste Plenário, e que agora, sob a batuta e pela imposição do Governador Roberto Requião, agem de forma diferente.

Temos que cobrar, sim. É importante fazermos aqui uma pergunta: será que não seria melhor o Governador

dor Roberto Requião se preocupar em dar à EMATER as condições necessária para que possa gerar divisas, receita? Ter autonomia própria para trabalhar, dando as condições para trabalhar? Criando programas de Governo? Infelizmente, depois que se instalou este Governo no Estado, não conhecemos nenhum programa da agricultura que possa assegurar a garantia de ter a pequena propriedade ou qualquer outro segmento da agricultura do Estado do Paraná!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PMDB. Com a palavra, o Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No orçamento na União, em vigor, um mês de pagamento de juros corresponde a tudo que o Brasil gasta de juros com o SUS. Quinze dias de pagamento de juros correspondem ao gasto anual do Brasil com educação. Dez dias de pagamento de juros correspondem aos recursos do “Bolsa Família” - programa que reúne todos os programas sociais do Governo anterior e mais os programas da predileção do Presidente Lula.

Um dia de pagamento de juros, cobre, com sobra, o gasto anual para construção de casas populares. Um minuto de pagamento de juros, corresponde à locação anual de recursos com a defesa dos direitos humanos no Brasil.

Esses dados são do economista Carlos Lessa, no documento do PMDB “Para mudar o Brasil”.

O mesmo documento diz:

“Tamanha deformação dos gastos do Estado provoca um aumento irracional da dívida externa, porque as obras em curso, muito insuficientes, acabam sendo financiadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano, o BID. Nos endividamentos em dólar no exterior para realizar obras como as realizadas em rodovias ou as realizadas em cidades sem saneamento básico. Obras que não exigem nenhuma importação de bens e de serviços; obras que poderiam ser pagas pela moeda nacional. Para financiá-las, os recursos existem, mas estão presos na perversa engrenagem que a televisão chama “o Brasil fez a lição de casa; acaba de cumprir o superávit primário”.

O superávit primário, no nível praticado hoje, significa que o Governo Lula retira da economia cerca de oitenta bilhões de reais por ano, recolhidos do povo, para pagar parte dos juros da dívida. O primeiro efeito e o mais perverso deles é a transferência de renda dos pobres, que são os maiores pagadores de impostos para os ricos, que detêm os títulos das dívidas e que todo mês, quando os títulos são emitidos, os bancos brasileiros acabam comprando mais títulos e essa dívida não termina nunca!

O Presidente da Argentina, Presidente Kirchner, mostrou a que veio e reduziu a dívida da Argentina de 52 milhões de dólares para dezoito bilhões de dólares. Ele honrou a votação majoritária que teve e fez transformações no processo econômico da Argentina. O Presidente Lula, infelizmente, saiu da história para entrar no marketing!”

Era isso. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por dez minutos.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (P&SDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu espero, Sr. Presidente, para ser rápido, devido à rigidez do tempo, que depois desse pronunciamento feito pelo Deputado Rafael Greca criticando o Presidente Lula, que consigamos todos os votos do PT em favor do nosso projeto, como voto de repúdio a essa atitude.

Meus caros companheiros, vamos procurar ser didáticos, até porque vamos ter aqui o andamento da votação, e para que todos entendam, se nós nos unirmos, ganhamos a votação, hoje. Agora, o que estão querendo usar é de que se aceitem as nossas emendas, votaremos favorável.

Nós poderemos derrubar o projeto, hoje, pela sua constitucionalidade. Ele é inconstitucional. Vou dizer por que e com palavras simples:

Vamos imaginar que esse projeto seja aprovado. O Governo transforma os funcionários celetistas em estatutários sem concurso público. Amanhã, um agrônomo, um veterinário, um técnico agrícola diz o seguinte: “Espere aí! Eu também queria ser servidor público. Onde está a minha oportunidade, se não tem concurso?”

Então, meus prezados servidores, Srs. Deputados: se fosse a autarquização e legalizasse a situação funcional dos servidores da EMATER, até poderia ser discutível e talvez até pudéssemos ter uma outra posição. Mas, o que vai acontecer no futuro? É uma indústria de questões trabalhistas. Por quê? Qualquer cidadão paranaense, se esta lei for aprovada aqui hoje, a sua constitucionalidade, poderá impetrar amanhã uma ação na Justiça e vai ganhar a ação. E os senhores que estão sendo transformados de celetistas a estatutários sem o concurso público, o Governo vai ter que demiti-los porque não é esta a forma para se autarquizar a EMATER, para resolver um problema.

Gostaria que os técnicos entendessem isso, a gravidade da aprovação desse projeto coloca em risco todos os servidores, atuais celetistas da EMATER. Amanhã qualquer cidadão - estou sendo repetitivo - paranaense que tenha um filho ou que tenha uma formação na área agrícola e se ache no direito de participar dessa entidade, vai

à Justiça e vai obrigar o Governo a fazer concurso público e o seu tempo de serviço, servidor da EMATER, vai por água abaixo, porque não se pode transformar um celetista em estatutário pela livre e espontânea vontade do Governador! A lei está acima do Governador! A Lei está acima do posicionamento desta Assembléia! Temos que respeitar a lei, e a lei não permite de que celetistas sejam transformados em estatutários!

Por esta razão quero pedir aqui aos Srs. Parlamentares que irão votar a favor da constitucionalidade, com argumentos de que amanhã vai apresentar emendas, esta não serve. O momento de derrubar o projeto é hoje. Se não derrubarmos hoje na constitucionalidade, os argumentos serão os seguintes: “Não, mas eu vou entrar com uma emenda e eles estão contemplando a minha emenda, por esta razão eu vou votar favorável”.

Então, prezados Deputados, senhores servidores. Esta questão tem que ficar clara entre os Parlamentares. Nós, legisladores, não podemos, e por isso me somo ao posicionamento do Deputado Reni, parabenizá-lo pelo brilhante parecer quanto à constitucionalidade desse projeto. Cumprimento V. Exa. pelo estudo que fez, pelo brilhante parecer, pela votação e pela forma como foi conduzido pelo Deputado Durval Amaral, que foi o voto de desempate. Ele votou e está aprovado que este projeto é inconstitucional lá na CCJ, que é o fórum ideal para discutir a constitucionalidade do projeto que ora estamos discutindo.

Espero que isto fique claro, porque senão, este argumento da emenda para amanhã, vai servir para enganá-los na votação de hoje.

Quem é contra o projeto, vai votar contra hoje. Questão de emenda é amanhã na segunda votação. Aí, vamos procurar, se perdermos hoje, através de emendas corrigir este projeto, tornar viável para que não seja tão prejudicial aos servidores da EMATER do Estado do Paraná.

Mas, gostaria de dizer aos técnicos aqui o seguinte: Tenho tido a preocupação, no decorrer do meu tempo - e fui líder do governo anterior -, nós tínhamos uma pecha, prezados técnicos de que o Governador do Paraná era um curitibano e por esta razão, esse curitibano não investia na agricultura. Mas, nós investimos no Governo anterior, em torno de 8% do Orçamento do Estado.

Nós tínhamos o Paraná 12 Meses, que é um programa inédito no Brasil. Agora, digo aos senhores: Temos outro curitibano no Palácio Iguaçu. Tínhamos um que investia 8% e era taxado, por ser curitibano, que não investia na agricultura. Agora, temos um outro curitibano que fala da agricultura e não conhece um pé de couve!

Esse curitibano que está no Palácio Iguaçu ...

(Aplausos)

... está investindo 1.7 na agricultura do Paraná! Será que podemos aguentar mais quatro anos sem investimento na agricultura? Pergunto aos Srs. técnicos, e outro dia fiz este questionamento: algum programa está sendo

elaborado pelos técnicos, para irmos buscar recursos internacionais, para um futuro Governo do Estado do Paraná? Não! O que vai acontecer? No ano que vem teremos eleições. Vamos eleger um Governador voltado à agricultura e ele vai ter que começar do zero, para fazer um programa de socorro ao pequeno agricultor do Estado do Paraná, porque a agricultura está abandonada por este cidadão que ocupa de momento, o Palácio Iguaçu.

(Aplausos)

Quero citar, aqui, para encerrar o meu pronunciamento, sobre a questão do IAPAR, a autarquia, pelo Sr. Requião. Sabem quanto está gastando em propaganda apenas o IAPAR? Um milhão de reais! Enquanto isso, o IAPAR de Londrina e de outros lugares estão com as portas fechadas, porque não têm o mínimo de condições.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário da liderança do Governo, concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Liderança do Governo: Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras, eu discutia com os companheiros, e não seria a Deputada Elza Correia, se ouvisse várias questões colocadas, aqui, não subisse à tribuna para dizer que a minha posição na Assembléia, não é uma posição de aceitar “goela abaixo” o que vem do Executivo, porque respeito e o Governador também, a questão da autonomia e independência deste Poder. Portanto, voto com serenidade e voto convencida do que é melhor à EMATER e aos trabalhadores dessa grande empresa, que realmente é um grande patrimônio do Estado do Paraná.

(Aplausos)

Não tenho medo de manifestar as minhas posições, nunca tive e não seria agora que deixaria de fazê-lo. Eu gostaria de colocar que, como peemedebista e Deputada da Base de Sustentação de apoio ao Governo Roberto Requião, faço com muito orgulho. Até esse instante não tenho um motivo sequer para duvidar da responsabilidade e para duvidar do compromisso do Governo Roberto Requião, com as questões cruciais e importantes para o Estado do Paraná, entre elas, a questão da agricultura especialmente, do pequeno agricultor, e mais especialmente da agricultura familiar.

Portanto, não seria agora que o Governador Roberto Requião haveria de tomar uma decisão contrariando o que foi feito até agora, contra os agricultores, contra os trabalhadores e contra a EMATER, porque eu seria a primeira a estar contra o Governador Roberto Requião, com muita seriedade, porque costume - e vou continuar fazendo - dividir as questões e as funções: aqui sou Deputada Estadual, não estou em saia justa, como falaram aqui, não estou

constrangida e não me sinto envergonhada das posições que sempre tive na vida pública e vou continuar tendo.

Aqui, alguns que dizem que a EMATER é nossa, são os mesmos Deputados, alguns, quero deixar claro, que tentaram vender a COPEL e não conseguiram. Alguns aqui, muito aplaudidos, são os mesmos que se silenciaram no fechar das cortinas do Governo Lerner querendo privatizar a EMATER. Gostaria de dizer que Governador Roberto Requião tem colocado aqui que a EMATER não perderá e não sofrerá riscos em relação ao seu papel fundamental, que é a assistência gratuita de qualidade aos agricultores do Paraná. Os trabalhadores não terão prejuízos e, além de tudo, nenhum programa sofrerá solução de continuidade. Entendo que a questão do IAPAR, comparado com a EMATER é um mau exemplo, por quê? Porque o IAPAR está na situação que está, por uma questão de gestão, não por alguma questão que diz respeito ao Governador.

Não tenho medo, podem virar as costas, companheiros! Não tenho medo de vaías, nunca tive!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito às galerias que não se manifestem. É regimental e esta Casa pede a sua compreensão.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não tenho medo de vaia, porque o homem público ou a mulher pública não pode e não deve ter medo de vaías e nem de aplausos. A mesma coisa que estão fazendo hoje, fizeram comigo em Londrina quando eu era Vereadora e propus a cassação de um Prefeito corrupto. Viraram as costas, vaiaram. Eu estava certa. Se eu estiver errada nessa posição e os meus companheiros, quero ser a primeira a dar a mão à palmatória a nossa EMATER como um grande instrumento e um patrimônio do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Obrigado, Deputada Elza.

Eu fico ouvindo quando Deputados, em especial Deputados da Oposição sobem à tribuna para fazer um discurso eloquente e até chegando às raias da irresponsabilidade, na tentativa de ganharem aplausos. E vejo, Sr. Presidente, os mesmos Deputados que aqui...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Questão de Ordem)

Irresponsabilidade é o mensalão do PT, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Scarpellini, não cabe questão de ordem neste assunto.

O Sr. Natálio Stica (PT)

... que aqui quiseram vender a COPEL, Deputados que subiram a esta tribuna para defender a venda da

COPEL no passado, a dívida do BANESTADO que o Paraná paga até hoje, de cinco milhões por mês, durante trinta anos, irresponsabilidade, cinquentista, segundo o Neivo Beraldin. A irresponsabilidade desses Deputados que hoje querem aqui jogar para a platéia e vêm aqui comparar como se a vontade de privatização do Governo passado fosse a mesma vontade do Governo Requião.

Quero dizer que este Governo tem responsabilidade e traz propostas; discutimos arduamente, e se não chegou-se a um consenso de ambas as partes, foi porque nós, ainda em um momento de vontade de tentar acertar, trouxemos todas as possibilidades. E a última proposta era de que o Governador Requião segurasse, pelo menos por dois anos, aonde o SINDASP abria mão, inclusive, do reajuste salarial. E o Governador foi muito claro e taxativo e disse: "se eu fizer isso por conta de uma eleição que se aproxima, estarei traindo o povo do Paraná. Vou fazer o melhor para a EMATER e aqui estão as propostas - dobrar, praticamente, o número de servidores, trazendo mais mil extensionistas, plano de cargos em 90 dias, os que estão não perdem, se o plano de cargo foi maior, aumenta, se for menor, mantém para aqueles que estão.

E quero dizer mais ainda, autarquizar quer dizer, trazer definitivamente a empresa para o Estado. Eu que defendo a força do Estado quando deve aplicar e a EMATER tem feito este trabalho e vai continuar fazendo para principalmente a pequena agricultura familiar é, no mínimo, uma irresponsabilidade.

Por isso, Deputada Elza, pedi o aparte porque não consigo, como não consegui ver as críticas do Sr. Garotinho hoje pela manhã e não é a provocação do Rossoni tentando nos jogar contra a proposta por conta da irresponsabilidade política do Deputado Greca. Nós não misturamos, o que o Greca fala da política, porque nós votamos aqui hoje. A EMATER, eu tenho certeza, será a empresa pública que vai ser orgulho deste povo como foi nos seus cinquenta anos.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu queria encerrar dizendo aos companheiros e companheiras...

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputada Elza, trinta segundos apenas, para o Deputado Traiano.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu gostaria que minha palavra fosse garantida.

Eu gostaria de dizer a todos que estão aqui, que agora voltaram a olhar nos meus olhos, sem virar as costas, eu queria dizer que, olhando no olho das companheiras e dos companheiros, trabalhadores e trabalhadoras da EMATER, com todo o respeito ao Ivo, este grande companheiro do Sindicato, com todo respeito aos técnicos e aos homens do campo e às mulheres do campo que trabalham lá na ponta, eu olho no olho dos companheiros e companheiras porque não sou mulher de fazer pelas cos-

tas, queria dizer que o Governador não está tomando uma decisão burra, como colocaram aqui. Esta não é uma decisão burra. Burra, seria a decisão de privatizar a EMATER lá atrás! Burro seria o entreguismo que tentaram fazer do Estado do Paraná.

Sou parceira da EMATER e o futuro vai dizer...

(Vozes paralelas)
(Tumulto no Plenário)

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputada Elza, um aparte ao Deputado Traiano.

V. Exa. não está sendo democrática, Deputada Elza.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria, Sr. Presidente, que retirasse das notas taquigráficas as palavras proferidas aqui pelo ilustre Deputado Natálio Stica, aonde ele diz que o Deputado Rossoni é irresponsável por defender sua posição.

É um direito regimental que este Deputado tem e gostaria que fosse retirado das notas taquigráficas. Irresponsabilidade, não!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu não disse que o Deputado Rossoni é irresponsável pelo que ele defende. É o seu direito e a sua obrigação.

Falei da irresponsabilidade quando da venda da COPEL e do BANESTADO.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, sei que o assunto é bem polêmico, apenas para registrar a presença e para que a Assembléia note, hoje já desfilou aqui na Assembléia, não sei se ainda está, o Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana; está neste momento o Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda; está aí também o Presidente da EMATER, Sabino Campos, o Chefe de Gabinete do Governador, o nosso Deputado Vanderlei Iensen, eu não sei se eles estão fazendo uma visita aqui na Assembléia ou é a forma de pressionar efetivamente os Deputados...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado, não cabe a sua questão de ordem...

(Tumulto no Plenário)

Solicito ao serviço taquigráfico que, caso tenha havido palavras ofensivas ao Deputado, que sejam retiradas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de, neste momento, saber se o Procurador-Geral do Estado...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não cabe a questão de ordem.

Solicito que se corte o som do Deputado Scarpellini.

Passa-se à Ordem do dia.

Antes, ainda, solicito...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

O senhor não sabe, o senhor não sabe...

(Sem serviço de som)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito que se corte a palavra do Deputado Scarpellini.

Solicito ao 1º Secretário, Carlos Simões, que proceda à leitura do Expediente.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa sempre recebeu os visitantes e em todos os momentos, Secretários e representantes do Estado...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, para efeito de bom andamento da Sessão, com todo respeito ao Procurador Sérgio Botto...

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Suspendo a Sessão.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito à imprensa que se dirija ao espaço reservado à imprensa.

Quero pedir aos Srs. Parlamentares que tenhamos tranquilidade para os trabalhos nesta tarde. Não vou permitir interferência de qualquer cidadão ou mesmo do Secretário de Estado no plenário desta Casa. Faço um apelo: aqueles que não são Parlamentares, deixem o Plenário neste momento.

Faço um apelo aos nossos ilustres visitantes, aos nossos amigos que acompanhem a Sessão com muita tranquilidade, para que possamos dar continuidade à Sessão e chegarmos realmente ao processo de votação que, acredito, não será antes das dezoito horas.

(Reiniciados os trabalhos)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu estava levantando uma Questão de Ordem, até para o bom andamento da Sessão e estava conversando com o Procurador e iria sugerir ao então

Presidente para que convidasse o Procurador para tomar assento na tribuna de honra desta Casa e acompanhar a votação, porque sentia que estava gerando tumulto. Gerando tumulto, porque eu já via Deputados ficando alterados!

Agora, Sr. Presidente, não pode acontecer o que aconteceu aqui: o Deputado Scarpellini foi empurrado e agredido pelo Procurador! Isto nunca, na história da Assembléia, aconteceu!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Srs. Parlamentares que tenhamos tranqüilidade para dar continuidade aos trabalhos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Também solicito a V. Exa.

O Deputado Rusch foi infeliz quando citou os nomes dos Deputados Caíto Quintana e Wanderlei Iensen, que sempre serão honrados, porque são membros permanentes desta Casa e aqui estavam para fazer pressão nos Deputados.

Deputados do Governador Roberto Requião não se dobram com pressão e nem com “mala”, que poderia vir no Governo passado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço às galerias que tenham tranqüilidade. Faço um apelo neste sentido. Há poucos dias tive que suspender uma Sessão, justamente por manifestações das galerias.

Vocês são muito bem-vindos aqui, vocês sabem do carinho que tenho com a classe, o respeito, a consideração. Pedimos que realmente tenhamos tranqüilidade, para que possamos conduzir os trabalhos com normalidade.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Não me pronunciei até agora nesta Sessão, demonstrando tranqüilidade e respeito a esta Casa, com todos os Parlamentares, independente de Partido.

A Casa está lotada por servidores do Estado.

É uma Sessão bastante polêmica. Então, quero pedir aos Deputados deste ou daquele Partido, que mantenham-se com serenidade. É uma questão muito séria que estamos discutindo nesta Casa. Eu já vou adiantar. Vou votar a favor da Mensagem do Governo, pela Liderança do Governo que ocupo, porque tenho a certeza absoluta, Sr. Presidente, da intenção do Governador, que não é para atrapalhar, muito pelo contrário, melhorar a EMATER.

Quero me referir aqui à presença do Procurador-Geral nesta Casa. É um projeto de grande interesse do Governo; faz-se necessário para nos orientar. E a mesma culpabilidade, se é que tem um Secretário que entra aqui, teve o nobre Deputado José Scarpellini, que vem com agressão em cima. Não é dessa forma que vamos resolver o problema da EMATER e do Governo!

Fomos todos eleitos pela população do Paraná e, requer de nós muito ato de grandeza, muita responsabili-

dade e acima de tudo, num momento como esse, muita serenidade.

Peço aos Deputados essa compreensão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Sem Partido**)

Só para informação, já começou o encaminhamento da matéria?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda não.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Sem Partido**)

Até porque, o Líder do Governo, com todo o respeito ao Deputado Dobrandino, já encaminhou a matéria, já declarou o seu voto.

Posso encaminhar neste instante ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Não está em processo ainda de encaminhamento de votação a matéria. Ela faz parte do último item da nossa pauta de hoje.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 52 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 032/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando a abertura, pelo Governo do Estado, de concurso público para a contratação, em caráter de urgência, de profissionais para atendimento no Instituto Médico Legal e a abertura de licitação para compra de equipamentos e materiais de segurança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Devidamente **apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Neivo Beraldin e José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2296, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Carlos Simões, Nelson Garcia, Delegado Bradock e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 19/08/2005 (terça-feira) em Comissão Geral para discussão do Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº 36/2004-EMATER. Em votação.

Para encaminhar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria que V. Exa. nos enviasse uma cópia do requerimento, para que pudéssemos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feito imediatamente.

Por dez minutos, Deputado Valdir Rossoni, para encaminhamento.

Estão abertas as inscrições para encaminhamento do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinceramente, acho que a nossa Sessão hoje está prejudicada. Discordo completamente na hora da votação de um projeto tão importante quanto esse, a presença de pessoas estranhas em plenário, porque gera um constrangimento.

Aqui temos um requerimento onde o Líder do Governo transforma este Plenário em Comissão Geral. O que quer dizer isso? Ele quer que, se por uma eventualidade tiver qualquer problema na votação, este Plenário poderá decidir, ainda hoje, não deverá ir às Comissões. Por esta razão, esse requerimento servirá para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que o requerimento foi apresentado ontem, regimentalmente. É assim que se deve proceder. Recebemos o requerimento, ontem; é votado no dia de hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Desculpe-me! Mas gostaria que V. Exa. esclarecesse o requerimento a este Parlamentar, novamente, para que eu entendesse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento foi protocolado na data de ontem. O Deputado Dobrandino da Silva, devidamente apoiado

por mais de vinte Parlamentares, requereu a transformação da Sessão Plenária do dia 16, terça-feira, em Comissão Geral, hoje. Conforme o nosso Regimento, tem que se apresentar com 24 horas de antecedência da votação, e sua votação se procede no dia da votação do projeto.

É o que estamos fazendo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço a lucidez de V. Exa. e o esclarecimento. Num tumulto desses, é natural, porque temos também requerimentos a serem encaminhados e eu quero, respeitando o regimento, procurar encaminhar.

Nem vou dar o encaminhamento, vou apenas pedir aqui, da tribuna, para que os Parlamentares que são contra o projeto, que votemos contra a transformação em Comissão Geral do Plenário. É esta posição dos Parlamentares que querem derrubar o projeto, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais Parlamentares inscritos para encaminhar, passo a palavra ao Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Para Encaminhar**)

O Deputado Rossoni fez uma ponderação, como Líder da Oposição, e tem o direito de fazê-lo. Não sou da Oposição; sou do PT, voto contra o projeto de autarquização, mas em relação à questão da transformação da Comissão Geral, é preciso ter o seguinte raciocínio: Na medida em que nós votamos hoje esse projeto, aliás, ponderado agora com o Líder do Governo, Deputado Dobrandino, se fosse possível votássemos hoje na primeira e a segunda discussões, já que estamos em Comissão Geral, porque daí, sim, votaríamos com os companheiros e companheiras da EMATER, e aqueles que estão atentos ao projeto, seja com que posição for, eles estariam aqui.

Portanto, não concordo com o argumento do Deputado Rossoni, no seguinte aspecto. Eu não sigo a orientação da Oposição. Em relação ao projeto da EMATER, tenho uma posição contrária ao projeto do Governo, vou votar contrariamente, mas com relação à Comissão Geral, estou querendo ponderar aqui - seria razoável que tivéssemos a aprovação da Comissão Geral, para que pudéssemos votar hoje, com plenário cheio, para que todos saibam exatamente como vota, e quem vota o quê, e por que vota.

Nós, no Parlamento, só temos dois instrumentos, fora os de relacionamento institucional, Requerimento. É a palavra e o voto.

Portanto, a palavra tem que estar de acordo com o voto, aí, sim, tem coerência. E é isso que o debate vai mostrar, se há coerência naqueles que defendem o projeto ou não.

Por isso é que a palavra e o voto têm que estar veiculado à presença massiva daqueles que estão atentos ao projeto.

Por isso então, que voto pela transformação em Comissão Geral e vou argumentar por que contra o projeto da autarquização da EMATER.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, nós Deputados da Oposição, estamos efetivamente pedindo e nos posicionando contra a transformação do Plenário em Comissão Geral, porque a Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou quanto à inconstitucionalidade da matéria.

Claro que era compreensível o apelo feito pelo Deputado Dobrandino, de transformação do Plenário em Comissão Geral, porque havia o risco de a Comissão de Constituição e Justiça não exarar o seu Parecer. Logo, como ela já deu o seu Parecer, mesmo que contrário a essa matéria, V. Exa. já incluiu na Ordem do Dia, e vai ser votado, razão pela qual eu entendo que não assiste a necessidade da transformação do Plenário em Comissão Geral, porque o projeto já tem Parecer, vai ser votado, e seria assim uma forma de prestigiarmos a CCJ que cumpriu a sua função constitucional de dar parecer na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, há necessidade que transformemos em Comissão Geral, até porque nós temos um parecer contrário votado na CCJ, e que desrespeitou o Regimento Interno.

Nosso companheiro, eminente Deputado Durval Amaral, a quem respeito enquanto Parlamentar, respeito a inteligência e respeito, inclusive, até aquela data, a postura que tomou diante da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, a partir do momento em que o nobre Deputado passa feito um trator em cima do Regimento Interno, o artigo 51 no inciso oitavo é muito claro: “Todo o Parlamentar tem direito de pedir vistas”. E no caso, projeto em pauta, 484, em que existia a solicitação de Regime de Urgência, teria 24 horas para que fosse concedido essas vistas. O Deputado Durval Amaral, se sentindo, segundo as suas próprias palavras, em desacordo com aquilo que havia acertado com a Liderança do Governo, sobrestou o Regimento Interno para poder prevalecer a sua posição, impedindo que os Deputados que pedissem vistas tivessem acesso.

Ora, a Comissão de Constituição e Justiça se engrandece, ela efetivamente cumpre o seu papel quando nós primeiramente cumprimos o papel dentro da Constituição. Primeiro, o respeito à norma, e o Deputado, naquele momento, Presidente, desrespeitou o Regimento e a Constituição.

Por isso, a votação em plenário autorizando a transformação em Comissão Geral é o resgate daquilo que não foi feito hoje na CCJ. Assim, eu entendo que nós devemos votar, sim, pela votação do nosso Regimento, observando aqui nesta tarde a transformação em Comis-

são Geral. Aqueles que entenderem que a lei tem que ser prevalecida, têm que votar, precisam votar, votarão, com certeza, para a transformação geral do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas uma compreensão dos Deputados de Oposição.

Em reunião rápida decidimos votar favorável a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Questão de Ordem)

Este projeto consta na Ordem do Dia, sem parecer.

Gostaria que fosse retificado nas Atas que tem parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sem dúvida.

Temos aqui a visita de 500 companheiros que vieram para acompanhar a votação e não poderíamos deixar de fazê-la no dia de hoje.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Embora houve o parecer contrário da CCJ, mesmo assim o Plenário é soberano para fazer a votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

A dúvida que trago é em relação à proposta do Deputado Reni Pereira, porque o projeto não passou pela Comissão de Finanças. Não tem o parecer.

A pergunta que eu faço é a seguinte: caso um Deputado entre com uma emenda a respeito de questões financeiras? E o interdito de 24 horas para transformação em Comissão Geral também vale para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só poderá ser apresentado no dia de amanhã, por ocasião de segunda discussão. Se for apresentado no dia de hoje, poderá ser votado o requerimento amanhã.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

V. Exa. informou que a Comissão de Finanças não permitiu parecer no projeto.

Então o projeto está sendo votado irregularmente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não, não está sendo nada irregular, porque já aprovamos em transformar em Comissão Geral.

Vou fazer até uma proposta aos líderes, que iremos votar a constitucionalidade hoje, e como a Comissão de Finanças se reúne amanhã, far-lhe-emos o encaminhamento, com o compromisso de devolver amanhã.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

A nossa preocupação é no seguinte sentido: é uma matéria polêmica, de grande interesse para sociedade do Paraná e para o Governo, quer dizer, qualquer brecha que se deixe em aberto poderá, depois, demandar ação na Justiça, por todos os lados.

Creio, Sr. Presidente, que nós deveríamos cumprir o que determina o Regimento Interno. A Comissão de Finanças deveria emitir um Parecer a fim de que não fique aberta nenhuma lacuna, para depois qualquer um dos lados ir à Justiça buscar a correção de uma imperfeição legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só peço, mais uma vez, a compreensão dos Srs. Parlamentares.

Não vou aceitar discussão e encaminhamento sobre o referido projeto e quando votarmos os itens que antecedem esse projeto.

Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Araucária - ADEFAR, com sede e foro no Município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que prorroga o prazo de recebimento de requerimento disposto na Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, alterada pelas Leis nºs 13.570 e 14.552, que trata de indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a AFEPAR - Associação dos Ferroviários de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Coronel Domingos Soares. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas auto-peças, "desmanches". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ e EMENDA CORRETIVA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 268/20065

Corrige o Projeto de Lei Ordinária nº 268/2005, retirando a vírgula existente no artigo 1º, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica proibida a comercialização de veículos sinistrados que sejam desmontados e suas peças colocadas nas prateleiras."

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia e do Sr. Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 268/05

Acrescenta o artigo 8º ao referido projeto de lei, com a seguinte redação:

"Art. 8º Revogam-se as disposições contidas na Lei nº 13.022 de 22 de dezembro de 2000".

Sala das Sessões, em 16.08.2005.

(aa) ELZA CORREIA

VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Rafael Greca, Ademir Bier e Dobrandino da Silva.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2005, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Coletores e Seleccionadores de Resíduos Sólidos de Matinhos - ANCRESMAT, do Município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Guarapuavana de Apoio ao toxicômano e Alcoolatra, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Anawin, localizada na Rua Pernambuco, 111, Centro, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itaguapé e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07/12/2004).

PROJETO DE LEI Nº 484/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, criada pela Lei

Estadual nº 6969, de 26 de dezembro de 1977, fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

Art. 2º O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, tem por finalidade promover o desenvolvimento tecnológico, sócio-econômico, político e cultural da família rural e seu meio, atuando em conjunto com a população rural e suas organizações.

Art. 3º Ficam transferidos da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, todos os direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Art. 4º Ficam extintos os cargos de Diretor-Presidente, de Diretor-Administrativo e de Diretor-Técnico da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Art. 5º Ficam criados no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II - 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 6º O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

Art. 7º O Regulamento do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis, a serem aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados no orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, aprovado pela Lei Estadual nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, visando implementar a presente lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2004.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO

PROJETO DE LEI Nº 484/2004

Autor: Mensagem nº 036/2004 - Poder Executivo

Na qualidade da Presidente desta Comissão, em virtude do empate na votação do presente projeto, apresento-me para oferecer o voto de decisão - o qual, conforme pretendido por essa Comissão, vincula-se estritamente à análise legal, constitucional e infraconstitucional da norma jurídica que encontra-se em pauta hoje.

A EMATER presentes os imperativos de segurança nacional ou de relevante interesse público; resta a conclusão de que caso se opere a autarquização sob análise, o Estado terá que arcar com a perda das receitas advindas da exploração de atividades econômicas (1/4 das despesas gerais) para a manutenção do Instituto que se busca.

Ainda, é forçoso observar que a extinção da empresa pública EMATER acarretará a necessária demissão de todos os servidores que compõem o seu quadro.

Não há com se imaginar a transformação dos empregos públicos em cargos públicos, pois isto necessariamente implicaria em afronta à exigência expressa da Carta Magna quanto à exigência de concurso para provimento de cargo público.

Também não procede o argumento de que a referida autarquização implicaria no aproveitamento do quadro de funcionários pelo princípio da continuidade da empresa, vez que tal preceito, próprio ao direito privado, refere-se à alteração da estrutura jurídica da empresa ou à mudança de sua propriedade para outra empresa, não abrangendo a hipótese de autarquização.

Os custos envolvidos na autarquização sob apreço não se restringirão às despesas advindas dos custos da conversão da empresa pública em autarquia (operacionalização e passivo trabalhista) mas, principalmente, as despesas públicas sofrerão significativo aumento em face dos custos de manutenção da EMATER sob o regime administrativo que se busca, confrontando-se com a Lei Complementar 101/00, nos artigos 14, 15, 16 e 17, pois o projeto não apresentou planilha do impacto econômico financeiro, bem como não apresentou a fonte de custeio do projeto e tampouco os meios de arrecadação para suprir o déficit orçamentário.

O Supremo Tribunal Federal declarou em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, inconstitucional a transposição e aproveitamento dos servidores não con-

cursados em cargos cuja investidura a Constituição exige os concursos.

ADI 1150/RS - Rio Grande do Sul
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MOREIRA ALVES
Julgamento: 01/10/1997 Órgão Julgador: Tribunal Pleno
Publicação: DJ 17-04-1998 PP-00001 EMENT VOL-01906-01 PP-00016

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade, parágrafos 3º e 4º do artigo 276 da Lei 10.098, de 03.02.94, do Estado do Rio Grande do Sul. - Inconstitucionalidade da expressão “operando-se automaticamente a transposição de seus ocupantes” contida no parágrafo 2º do artigo 276, porque essa transposição automática equivale ao aproveitamento de servidores não concursados em cargos para cuja investidura a Constituição exige os concursos aludidos no artigo 37, II, de sua parte permanente e no parágrafo 1º do artigo 19 de seu ADCT. - Quanto ao parágrafo 3º desse mesmo artigo, é de dar-se-lhe exegese conforme a Constituição, para excluir, da aplicação dele, interpretação que considere abrangidas, em seu alcance, as funções de servidores celetistas que não ingressaram nelas mediante concurso a que aludem os dispositivos constitucionais acima referidos. - Por fim, no tocante ao parágrafo 4º do artigo em causa, na redação dada pela Lei Estadual nº 10.248/94, também é de se lhe dar exegese conforme a Constituição, para excluir, da aplicação dele, interpretação que considere abarcados, em seu alcance, os empregos relativos a servidores celetistas que não se submeteram a concurso, nos termos do artigo 37, II, da parte permanente da Constituição ou do parágrafo 1º do artigo 19 do ADCT. Ação que se julga procedente em parte, para declarar-se inconstitucional a expressão “operando-se automaticamente a transposição de seus ocupantes” contida no artigo 276, parágrafo 2º, da Lei 10.098, de 03.02.94, do Estado do Rio Grande do Sul, bem como para declarar que os parágrafos 3º e 4º desse mesmo artigo 276 (sendo que o último deles na redação que lhe foi dada pela Lei 10.248, de 30.08.94) só são constitucionais com a interpretação que exclua da aplicação deles as funções ou os empregos relativos a servidores celetistas que não se submeteram ao concurso aludido no artigo 37, II, da parte permanente da Constituição, ou referido no parágrafo 1º do artigo 19 do seu ADCT.

Ante o exposto, opino pela não aprovação do Projeto de Lei nº 484/2004.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 484/2004

P A R E C E R :

Preâmbulo:

O presente projeto de lei dispõe acerca da transformação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural em Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão sob o regime jurídico de Autarquia, integrante da Administração Indireta do Estado. Estabelece as finalidades do Instituto EMATER e transfere a ele todos os direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como respectivas receitas atinentes à empresa EMATER. Extingue empregos que especifica da Empresa

e cria cargos no Instituto de provimento em comissão. Atribui ao Instituto patrimônio, receita, saldos orçamentários e funcionários da Empresa. Define que o Regulamento do Instituto, a ser aprovado em 90 dias pelo Governador a partir da publicação da presente lei, fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seus funcionamento. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional nos termos que especifica para implementação da lei sob análise.

Iniciativa Legislativa:

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria se encontra definida na Constituição Estadual, conforme se pode apreender abaixo:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Pode-se constatar meridianamente que se trata de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado, não havendo óbice relativo à iniciativa propositiva da proposta sob apreço.

Do Direito:

Com relação ao mérito do presente projeto, fazem-se pertinentes as seguintes considerações:

Da Autarquia:

Conforme justificativa da presente proposição, esposada na Mensagem nº 036/2004 do Senhor Governador do Estado:

“Com tal iniciativa pretende-se a modificação da espécie empresa pública por autárquica, alterando-se em consequência, a personalidade jurídica, privada para pública, que caracteriza as autarquias.”

O conceito de autarquia está previsto no artigo 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/67:

“Art. 5º Para fins desta lei, considera-se:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

Neste sentido também prescreve a Lei nº 8.485/87:

“Art. 7º.

(...)

I - Autarquias, entidades de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei e organizações por ato do Poder Executivo, com patrimônio e receitas próprios, sem capital, para o desempenho de atividades típicas da administração pública que não traduzam resultados comerciais ou industriais, funcionando sob tutela do Estado e com autonomia de gestão.”

Característica fundamental da autarquias, ainda, é a circunstância de seus servidores ostentarem a con-

dição de estatutários, ou seja, submetidos ao regime jurídico único, o que se justifica em face da natureza das atividades desenvolvidas por tais entidades que, conforme já ressaltado, retratam-se como atividades típicas de Estado.

Na esteira, reza a Lei nº 8,112, de 11 de dezembro de 1990:

“Art. 1º Esta lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais”

Da Empresa Pública:

A definição da figura encontra-se esposada no artigo 5º, II, do Decreto-Lei nº 200/67:

“Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

II - empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.”

Quanto à exploração direta pelo Estado de atividades econômicas, reza a Constituição Federal:

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

Assim, para criação de empresas públicas exploradoras de atividades econômica, restam dois imperativos justificadores: relevante interesse público ou imperativo de segurança nacional.

O regime jurídico a que estão submetidas tais entidades é o de direito privado, basicamente, em face do disposto no artigo da Carta Magna supracitado:

“Art. 173.

(...)

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (...)”

No entanto, mesmo sob a égide do regime jurídico de direito privado há influência dos comandos de direito público nos casos previstos na Constituição Federal, tais como:

* Possibilidade de seus dirigentes, serem sujeitos passivos de ações populares;

* Necessidade de concurso público para contratação de seus servidores;

* Proibição de acumulação de cargos e empregos;

* Submissão ao controle do Congresso Nacional;

* Condicionamento de operações de crédito externo e interno às limitações fixadas pelo Senado Federal;

* Prestação de contas ao Tribunal de Contas;

* Contas abrangidas pela Lei Orçamentária Anual.

O regime público de responsabilidade configura uma sujeição mínima e que, por essa razão, não pode ser afastada da Administração Pública seja sob alegação de que se trata de uma pessoa jurídica com personalidade jurídica de Direito Privado ou que explora uma atividade econômica.

Quanto à natureza jurídica dos vínculos com seus agentes, tem-se que em face do regime jurídico de direito privado são todos empregados, ou seja, submetem-se à CLT e legislação correlata.

Da EMATER:

A Empresa EMATER desempenha basicamente duas espécies de atividades: fomento e exploração de atividade econômica.

A atividade de fomento é uma forma encontrada pelo Estado para publicizar a atuação da iniciativa privada, vinculando-a aos interesses de toda a coletividade. Ou seja, na lição do professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto em seu Curso de Direito Administrativo, 12ª Ed., Editora Forense, 2002, p. 514:

“(…) o Estado deixa a atividade na iniciativa privada e apenas incentiva o particular que queira desempenhá-la, por se tratar de atividade que traz algum benefício para a coletividade”.

Assim, é perfeitamente possível que para o exercício de função de fomento, o Estado valha-se de empresas públicas e sociedades de economia mista.

A EMATER através do desempenho de suas funções fornece soluções técnicas para que os produtores rurais possam melhor exercer suas atividades.

Há que se reconhecer que tais atividades não são típicas de Estado que possam justificar sua transformação em autarquia.

As funções típicas do Estado moderno decorrem, evidentemente, dos objetivos fundamentais e das opções sociais formuladas por este Estado, as quais acabam por se inserir na sua estrutura administrativa.

Neste contexto, as funções possíveis do Estado moderno podem ser classificadas em três grandes grupos, segundo ANDRADE¹:

1) funções de Estado *stricto sensu*: manutenção da ordem interna, defesa do território, representação externa, provimento da justiça, tributação e administração dos serviços que presta;

2) funções econômicas: criação e administração da moeda nacional, regulamentação dos mercados e promoção do desenvolvimento (planejamento, criação de incen-

tivos, produção de bens de infra-estrutura e insumos estratégicos, etc.);

3) funções sociais: provimento universal dos bens sociais, fundamentais (saúde, educação, habitação), cobertura dos riscos sociais, proteção dos setores mais necessitados, etc.

Ainda acerca de “atividades típicas de Estado”, lecionam o emérito professor Ives Gandra da Silva Martins e o ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes (*in MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. A superação do regime único: admissão de servidores públicos sob a CLT. Juz Navigandi, Teresina, a. 4, n. 39, fev. 2000.*):

“(…) ressalvadas atividades típicas de Estado (que deverão submeter-se ao modelo estatutário), as demais carreiras públicas passarão a ser disciplinadas pela legislação trabalhista.”

Como já demonstrado, autarquias são entes criados à imagem e semelhança do Estado para o desempenho de suas atividades típicas.

Não parece coerente exigir que a atividade de fomento seja prestada por uma autarquia, principalmente porque as medidas de fomento, em geral, são dirigidas a parcelas específicas da população. Lembre-se que as autarquias são entidades que devem desenvolver suas funções de forma a atender genericamente a toda a população.

Frise-se a premente conformidade em manter-se a EMATER como empresa pública, vez que, ao lado da atividade de fomento, ela também desempenha atividades econômicas.

É preciso se atentar para o fato de que as verbas provenientes da realização de atividade econômica são responsáveis por quase 1/4, ou seja, 25% das despesas gerais da EMATER.

Uma vez não sendo possível às autarquias explorarem atividades econômicas; por excelência do âmbito da iniciativa privada e só podendo o Estado desempenhá-la quando presentes os imperativos de segurança nacional ou de relevante interesse público; resta a conclusão de que caso se opere a autarquização sob análise, o Estado terá que arcar com a perda das receitas advindas da exploração de atividades econômicas (1/4 das despesas gerais) para a manutenção do Instituto que se busca.

Das Implicações Trabalhistas da Autarquização:

Como já se procurou demonstrar, o regime jurídico dos servidores da Empresa Pública EMATER é o regime trabalhista, submetendo-se à CLT, enquanto que o regime jurídico dos servidores da autarquia deverá ser o estatutário.

Diversos institutos aplicáveis aos servidores estatutários, tais como a disponibilidade, a estabilidade e a reintegração, não são aplicáveis aos trabalhadores da empresa pública; vez que, como já ressaltado, estes estão sujeitos à CLT e legislação correlata.

1.. ANDRADE, Régis de Castro et alii. Estrutura e Organização do Poder Executivo - Administração Pública Brasileira. Volume 2 - CEDEC/ENAP, 1993, p.28.

Assim, é forçoso observar que a extinção da Empresa Pública EMATER acarretará a necessária demissão de todos os servidores que compõem o seu quadro.

Não há como se imaginar a transformação dos empregos públicos em cargos públicos, pois isto necessariamente implicaria em afronta à exigência expressa da Carta Magna quanto à exigência de concurso para provimento de cargo público.

Também não procede o argumento de que a referida autarquização implicaria no aproveitamento do quadro de funcionários pelo princípio da continuidade da empresa, vez que tal preceito, próprio ao direito privado, refere-se à alteração da estrutura jurídica da empresa ou à mudança de sua propriedade para outra empresa, não abrangendo a hipótese de autarquização ora sob análise.

Reflexos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

A autarquização da EMATER, como já demonstrado, implicará necessariamente na demissão de seus servidores pelas razões acima expostas.

É inegável que serão geradas despesas públicas, visto que o Estado terá que arcar com os diversos encargos trabalhistas que decorrerão das referidas demissões.

Poder-se-ia, por ventura, alegar-se que a autarquização geraria maior controle sobre as atividades da EMATER sob o ponto de vista fiscal, beneficiando assim o interesse público. No entanto, há que se lembrar que enquanto empresa estatal, a EMATER está submetida a todos os parâmetros e princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A impossibilidade da continuação de aferição de receitas advindas da exploração de atividade econômica, por ser vedada a autarquias, implicará, como acima ressaltado, em aumento de despesa pública.

Os custos envolvidos na autarquização sob apreço não se restringirão às despesas advindas do custo da conversão de empresa pública em autarquia (operacionalização e passivo trabalhista) mas, principalmente, as despesas públicas sofrerão significativo aumento em face dos custos de manutenção da EMATER sob o regime administrativo que se busca.

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000:

“CAPÍTULO V DA DESPESA PÚBLICA Seção I

Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração de ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(...)”

O projeto sob análise não se encontra acompanhado de documentação demonstrativa de conformidade com as leis orçamentárias segundo exigência da Constituição Estadual e tampouco apresenta estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa como preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Constitucionalidade:

O projeto de lei sob análise, embora não apresente óbice quanto à sua iniciativa legislativa, vai de encontro à boa técnica legislativa ao não especificar expressamente os dispositivos que revoga (artigo 10) e encontra objeção (cabimento e oportunidade da autarquização em face de definição jurídica administrativa de autarquia, implicações trabalhistas, aumento de despesas e desconformidade com leis orçamentárias) relativas à sua legalidade e constitucionalidade.

Ante o exposto, em sede de análise prévia, opinamos pela não aprovação do Projeto de Lei nº 484/2004.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Duílio Genari, Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Ailton Araújo, Hermes Fonseca, Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Elton Carlos Welter e Delegado Bradock.

Com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encaminho a seguinte Questão de Ordem a V. Exa.: “Os Deputados que a presente subscrevem, com fundamento no Artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, submetem a V. Exa. Questão de Ordem relativa ao Projeto de Lei 484/2004, considerando o que dispõe o artigo 33, parágrafo 2º, alínea “A”, combinado com o artigo 51, parágrafos 17 e 18 do Regimento Interno desta Casa, quando:

01) à interrupção da tramitação do projeto de lei tido como inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça;

02) à previsão de recurso do autor, entenda-se aqui o Poder Executivo, Sr. Governador do Estado do Paraná e nenhum outro Parlamentar contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, junto à própria Comissão, e posteriormente junto ao Plenário.

Item 03: à inexistência do recurso em portar em definitiva rejeição do projeto de lei.

Item 04: ao caráter conclusivo da votação do projeto rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça.

E, finalmente, item 05: que o projeto de lei rejeitado pela CCJ por inconstitucionalidade somente será submetido ao Plenário mediante recurso do autor.

Leia-se, Governador do Estado do Paraná.

Apresentam a seguinte Questão de Ordem, para que V. Exa. decida pela retirada do Projeto de Lei nº 484/2004, da presente Ordem do Dia e sua conseqüente não votação no dia de hoje, em face do exposto e da aprovação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça nesta data, concluindo pela inconstitucionalidade do projeto de lei em questão.

É o requerimento, Sr. Presidente, da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço para V. Exa. encaminhar à Mesa o seu requerimento.

Antes de decidir essa Questão de Ordem apresentada pela Bancada da Oposição, temos um recurso que deveria até, antes de ser colocado em discussão, ser votado esse recurso que é formulado pelo Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

Solicito ao Deputado Carlos Simões que faça a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

É súmula: “Apresenta recurso contra decisão do Presidente da CCJ, que negou vistas ao Projeto de Lei nº 484/2004.

Senhor Presidente:

A Liderança do Governo, por seu Líder abaixo subscrito, vem por intermédio deste apresentar, com base no artigo 18, inciso 23, do Regimento Interno desta Casa, recurso a V. Exa. contra deliberação do Presidente da Comissão de Justiça desta Casa, eminente Deputado Durval Amaral, que na Sessão de hoje tomou a arbitrária decisão de negar o direito regimental de conceder vistas, conforme preconiza o artigo 51, inciso VIII do Regimento Interno, ferindo a prerrogativa dos Parlamentares Mário Bradock e José Maria Ferreira ao Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº 036/2004, que visa transformar em autarquia a EMATER.

Assinado, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, Líder do Governo.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão por três minutos e convoco à Mesa Executiva, os Deputados Nereu e Cartário, para decidirmos sobre o recurso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está suspensa a Sessão por três minutos. V. Exa. será o primeiro inscrito após a reabertura.

(**Reaberta a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciamos os trabalhos.

A Mesa Executiva decidiu, de acordo com o artigo 18, parágrafo 23 e artigo 51, parágrafo 17, acatar o recurso do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o recurso não é do Deputado Dobrandino, o recurso que está sendo julgado por V. Exa. é da Bancada da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes, decidimos sobre o recurso que foi protocolado pelo Deputado Dobrandino, conforme leitura feita pelo Deputado Carlos Simões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa Executiva, composta pelos Deputados Nereu Moura, Geraldo Cartário e este Presidente, decidimos, de acordo com o artigo 18, parágrafo 23, artigo 51 e o artigo 17, acatar o recurso.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, só para entender. O senhor vai submeter a voto...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Recebi o recurso e posteriormente colocarei a julgamento do Plenário, que é soberano para decidir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas quero fazer um questionamento a V. Exa., para que possamos ter um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem todo o direito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Essa decisão prejudica a Questão de Ordem feita pela Liderança da Oposição?

Se prejudicar, eu gostaria de pedir-lhe para que eu tivesse a oportunidade de encaminhar, porque, pelo que eu entendo, ele está pedindo para anular a decisão da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu indefiro a Questão de Ordem apresentada por V. Exa. e pelos Deputados Luiz Carlos Martins, José Domingos Scarpellini, Ademar Traiano, Elio Rusch, Barbosa Neto e Reni Pereira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria, antes que V. Exa. tomasse a decisão, que fizesse a leitura do artigo 33...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está tomada, nobre Deputado, não se discute decisão tomada pela Presidência.

V. Exa. tem outras formas para buscar depois a questão que já está decidida. O Regimento é bem claro nisso; está decidido.

Com o nosso parecer ao recurso apresentado pelo Deputado Dobrandino, automaticamente a Questão de Ordem de V. Exa. está indeferida. Vamos submeter ao Plenário o recurso do Deputado Dobrandino.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero encaminhar o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Para encaminhar também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, está inscrito V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Subo à tribuna por quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é para encaminhar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Requerimento nº 2330, do recurso do Deputado Dobrandino.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Ainda não é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto ainda não.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Então, na hora do projeto, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já está inscrito aqui. Por sinal todos que já se inscreveram favoravelmente, V. Exa. está excluído.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Sou o primeiro, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, V. Exa. é o quinto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há mais espaço.

São cinco favoravelmente. Só se V. Exa. encaminhar contrariamente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Vou encaminhar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está preenchido: Deputados Plauto, Rossoni, Traiano, Elio e Durval, nem o Deputado Luiz Carlos Martins é o sexto. Se alguém desistir de encaminhar...

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero um esclarecimento. Já está preenchido para defender o requerimento, ou para encaminhar o projeto ou o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Eu também queria a minha inscrição.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Sr. Presidente, só uma dúvida. Respeitando o orador que está na tribuna, tanto é que eu era o primeiro inscrito para encaminhar que V. Exa. me anunciou naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem razão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, já que V. Exa. está tão pontual hoje, gostaria que zerado eu comesse aqui o meu argumento. É importante que os Srs. Parlamentares se

A Empresa EMATER desempenha basicamente duas espécies de atividades: fomento e exploração de atividade econômica.

A atividade de fomento é uma forma encontrada pelo Estado para publicizar o atuação da iniciativa privada, vinculando-se aos interesses de toda a coletividade.

A EMATER, através do desempenho de suas funções, fornece soluções técnicas para que os produtores rurais possam melhor exercer suas atividades.

Há que se reconhecer que tais atividades não são típicas de Estado que possam justificar sua transformação em autarquia.

As funções típicas do Estado moderno decorrem, evidentemente, os objetivos fundamentais e das opções sociais formuladas por este Estado, as quais acabam por se inserir na sua estrutura administrativa.

São funções de Estado: manutenção da ordem interna, defesa do território, representação externa, provimento da justiça, tributação e administração dos serviços que presta; provimento universal dos bens sociais, proteção dos setores mais necessitados, etc. Ressalvadas atividades típicas de Estado (que deverão submeter-se ao modelo estatutário), as demais carreiras públicas passarão a ser disciplinadas pela legislação trabalhista.”

Não parece coerente exigir que a atividade de fomento seja prestada por uma autarquia, principalmente porque as medidas de fomento, em geral, são dirigidas a parcelas específicas da população. Lembre-se que as autarquias são entidades que devem desenvolver suas funções de forma a atender, genericamente, a toda a população.

Frise-se a premente conformidade em manter-se a EMATER como empresa pública, vez que, ao lado da atividade de fomento, ela também desempenha atividades econômicas.

As verbas provenientes da realização de atividade econômica são responsáveis por quase 1/4, ou seja, 25% das despesas gerais da EMATER.

Uma vez não sendo possível às autarquias extrapolarem atividade econômica; por excelência do âmbito da iniciativa privada e só podendo o Estado desempenhá-la quando atenham ao requerimento formulado pelo Líder do Governo. Vou procurar aqui ser o mais didático possível para que os Srs. Parlamentares entendam. O requerimento do Deputado Dobrandino, aprovado, cai por terra a questão de ordem levantada pelo Deputado Durval, junto com os Deputados de Oposição. A Questão de Ordem levantada pelas Oposições, diz o seguinte, está aqui no Regimento, nós não estamos rasgando, estamos respeitando-o.

À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições - daí diz o seguinte, terá caráter conclusivo a votação do projeto rejeitado por maioria absoluta dos votos na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto votado...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Eu só solicitaria ao nobre orador, até para contribuir para que possamos acompanhar o seu raciocínio, que declinasse o artigo e os parágrafos que está fazendo a observação no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu faço um apelo ao Plenário, quando estiver encaminhando qualquer Parlamentar, que não haja interferência dos demais.

Será descontado o tempo de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O artigo, Deputado José Maria, pelo respeito que tenho por V. Exa., é o 33, e diz o seguinte - nós teremos que votar contra o requerimento do Deputado Dobrandino, Líder do Governo, porque ele prejudica nossa Questão de Ordem.

A nossa questão de ordem diz o seguinte, amparado no artigo 33 e nos parágrafos 17 e 18: todo projeto que for declarado inconstitucional na CCJ, na Comissão de Justiça, deverá ser arquivado, não poderá ser votado aqui.

Estamos aqui, respeitando a decisão da Mesa Executiva, mas nos abre uma brecha para recorrermos à Justiça, porque esse projeto não poderia estar em Plenário para ser votado; teria que ser arquivado sumariamente, após a decisão da Comissão de Justiça.

Por esta razão, por uma questão de coerência, de conduta desse projeto, peço aos Srs. Parlamentares que são contrários ao projeto, que votemos contra o requerimento do Deputado Dobrandino, para que o Presidente tenha oportunidade de, aí sim, decidir a questão de ordem de arquivamento desse projeto, que é o que o artigo 33 diz aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só gostaria de esclarecer ao Plenário e aos nossos ilustres visitantes que a questão levantada pelo Deputado Rossoni, por sinal um brilhante Parlamentar, fala que quando a Comissão de Constituição de Justiça, fala em maioria absoluta e não voltaria à discussão, não foi maioria absoluta, nobre Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Foi, Presidente, pior que foi! A maioria absoluta é o número inteiro em cima...

(vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O entendimento de V. Exa. é este. Foi a maioria simples, Deputado. Não vamos confundir aqueles que estão nos assistindo aqui hoje.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Este recurso do Líder do Governo à Mesa e ao Plenário, caso seja aprovado este recurso, cai por terra o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não. Caem por terra as Questões de Ordem levantada pelo Deputado Valdir e demais Deputados, aí será votada a inconstitucionalidade ou não.

O Plenário tem condições e poder para decidir; tem autonomia. O Parecer da CCJ tem condições e poder para decidir; tem autonomia. O Parecer da CCJ poderá ser alterado aqui com a votação dos Srs. Parlamentares.

Nobre Deputado, o Plenário tem todo o poder de decidir estas questões.

Com a palavra o Deputado Durval, para encaminhar por cinco anos.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, eu devo muito respeito a V. Exa. e ao cargo que efetivamente ocupa, e não quero, em hipótese alguma, contestar a Questão de Ordem levantada por V. Exa. porque entendo que no Parlamento a Presidência decide as Questões de Ordem, mas quero aqui retificar.

Com a devida vênia, maioria absoluta, Sr. Presidente, é, dentro do colégio de 13 Deputados que tem a CCJ, seria exatamente a maioria mais um, portanto, sete votos. Isso é maioria absoluta e ensinaria, sim, a questão de ordem, mas não vou questionar.

Maioria simples seria, num quórum de 13, termos 11 Deputados, aí simplesmente a metade mais um de 11, seriam 6 Deputados. Isso tem que ficar bem claro.

Mas esta Questão de Ordem que nós levantamos vem em defesa dos nossos técnicos da EMATER, porque, indeferida que foi pela Mesa Executiva - com toda certeza o regimento é claro quando diz que cabe recurso primeiro à CCJ - o Governo teria um prazo de 15 dias para interpor esse recurso. Não interposto o recurso nesse prazo, a matéria estava declarada inconstitucional, definitivamente sepultada. Não foi o que ocorreu! O Governo insiste no atropelo!

Eu fui acusado aqui, pelo brilhante Deputado José Maria, de ter sido um trator lá na CCJ.

Deputado José Maria, se é em defesa do que eu entendo como sistema jurídico, eu não me incomodo, não, de ser um 65X. O que o Governo quer fazer aqui no Plenário é ser um D7, passando por cima - como um trator de esteira - dos direitos de todos os trabalhadores da EMATER.

Fiz, Deputado José Maria, por convicção, por uma questão muito simples: o Direito tem sempre que ser interpretado de uma maneira muito sistemática.

V. Exa. Deputado José Maria, cai em absoluta contradição quando vem e defende, no plenário, a transformação em Comissão Geral ou a votação, porque o senhor, ou alguns Deputados quiseram dar uma bicicleta nos técnicos da EMATER quando pediram vistas para evitar a votação hoje? Qual era a única intenção de se evitar que a Comissão de Constituição e Justiça se manifestasse sobre a legalidade, sobre a constitucionalidade para que este argumento que os técnicos da EMATER - que nós da Oposição vamos usar, se o Projeto do Governo for efetivamente vitorioso, em defesa dos próprios técnicos da EMATER?

Ora, se havia a transformação do Plenário em Comissão Geral, por que se adiar a votação para amanhã?

Quando chegássemos na quarta-feira o projeto já teria sido votado na terça! Eu não quero entender, em hipótese alguma, que os Deputados do Governo, na CCJ, quiseram dar uma bicicleta, nos técnicos da EMATER! Não ousaria como também não posso aceitar que eu tenha agido como um trator, na CCJ. Não! Não, eu fui por uma questão maior, nobre Deputado Hermas Brandão! Havia um acordo com o Governo, que quando o Governo quisesse votar, no plenário, ou que fosse o momento de votar no plenário o projeto da EMATER, o Presidente da CCJ colocaria em votação. O nobre Líder Dobrandino me comunicou, na semana passada, que gostaria de ver votada esta matéria na terça-feira. Distribuiu o projeto, o projeto recebeu o parecer, a CCJ se manifestou.

Ontem fui surpreendido pela solicitação de transformar o Plenário em Comissão Geral! Eu aceito o jogo democrático, mas antes de tudo, eu tenho que defender os interesses da CCJ. Talvez tenha, sim, arranhado o Regimento Interno, quando não concedi vistas, mas ao conceder vistas eu estava fadando a CCJ a não dar parecer, porque eu sabia que hoje estava colocada na Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a compreensão de V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Presidente, não sei qual será o encaminhamento do nosso Líder, vamos efetivamente votar contra esse requerimento, até porque eu acho que não há a necessidade.

Respeito a decisão de V. Exa. e tenho certeza que o Poder Judiciário saberá amparar os anseios e sei recepcionar os anseios dos Deputados desta Assembléia Legislativa, que não estarão com a autarquização da EMATER.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço aos Srs. Parlamentares que se dirijam aos seus lugares, porque vamos fazer a votação do recurso do Deputado Dobrandino.

Em votação o recurso contra a decisão do presidente da CCJ. Os Deputados que aprovam o recurso permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o recurso apresentado pelo Deputado Dobrandino da Silva, queriam levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário que faça a contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

Trinta e dois Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e dois Deputados aprovam. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Está **aprovado** o recurso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu gostaria de enumerar os Deputados que votaram contrários ao requerimento: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Plauto Miró, Durval Amaral, Elio Rusch, Barbosa, Luiz Carlos Martins, Scarpellini, Reni Pereira, Ailton Araújo, Waldir Leite, Praczyk, Renato Gaúcho, Nelson Justus, Padre Paulo e Tadeu Veneri.

Fica registrado o voto destes Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais da Casa a votação.

Tenho em vista a aprovação, automaticamente a Questão de Ordem de V. Exa. está indeferida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu acato a sua decisão, mas quero dizer que acato mas não concordo, pela seguinte razão...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É um direito de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim, mas explico por quê. Se nós tivéssemos sete Parlamentares, que era a maioria na CCJ. São treze. Se desse quatro a três, era...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É matéria vencida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim senhor, mas eu entendo de um outra forma.

Como tinha treze Deputados na CCJ, foi feito 6 a 6 e mais o voto do Presidente, dá 7.

Sete a seis, eu considero que é maioria absoluta.

Eu registro esta Questão de Ordem, porque vai servir de argumentos para que possamos ir à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, Deputado.

O Deputado Rossoni tem que escrever um novo Regimento.

Como foi aprovado pela maioria dos Srs. Parlamentares transformar em Comissão Geral o Plenário esta tarde, para esse Projeto nº 484/2004 e como não foi dado parecer na Comissão de Finanças, nós vamos suprir essa falta, delegando ao Deputado José Maria Ferreira, membro da Comissão de Finanças, para que dê o parecer.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Enquanto o Deputado José Maria está pegando o projeto, eu, como Presidente da Comissão de Finanças, já

fui impedido de dar o Parecer, e ainda sou impedido de dar o Parecer no Plenário!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não foi impedido. Tenho certeza que V. Exa. designaria o Deputado José Maria, como designou para os professores universitários amanhã.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, primeiro agradecer a delegação da Liderança do Governo por essa questão, e dizer que na CCJ a Bancada do Governo não tentou dar bicicleta em ninguém, muito menos aos funcionários da EMATER, porque na CCJ nós estávamos em processo de votação, era com Deputados, e o projeto em votação era lá, aos Deputados que estavam lá e não os funcionários da EMATER a quem respeitamos muito!

O Projeto de Lei nº 036/2004 do Poder Executivo, propõe a transformação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em Autarquia estadual. O projeto, no nosso entendimento, não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional. A transformação da EMATER em autarquia obedece aos preceitos da administração pública e esta transformação da pessoa jurídica deve ser feita por lei específica. É o caso que ocorre. As Autarquias são entes administrativos autônomos, criados por lei com personalidade e direito público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas, com capacidade de auto-administração sobre controle estatal.

O artigo 2º do projeto de lei estabelece a finalidade de autarquia, devendo esta promover o desenvolvimento tecnológico, sociológico, sócio-econômico, político e cultural da família rural e seu meio, atuando em conjunto com a população rural e suas organizações. Isso está explícito no projeto de lei apresentado através da Mensagem nº 484/2004. Desta forma, a transformação da EMATER em autarquia obedece a uma finalidade legal, específica que requer organização adequada e autonomia de gestão para o seu cumprimento, preenchendo o requisito jurídico para sua criação.

A constituição do patrimônio inicial e constituição dos bens e rendas da autarquia é matéria que foi muito bem elucidada pelo nosso mestre em Direito Administrativo, Ely Lopes Meirelles em sua obra, "O direito administrativo brasileiro" que assim elucidou a questão.

Patrimônio inicial - O patrimônio inicial das autarquias é formado para transferência de bens, móveis e imóveis de entidades de Matriz, os quais se incorporam no ativo da nossa pessoa jurídica. A transferência de móveis ou é feita pela lei instituidora, caso em que dispensa o registro ou a lei, apenas autoriza a incorporação, a qual se efetivará por termo administrativo ou por escritura pública para necessária transcrição do registro imobiliário competente. O que não se admite é a transferência de bens móveis por Decreto, o que não está

ocorrendo ou qualquer outro ato administrativo unilateral. A Casa está participando deste processo.

Esse requisito legal foi rigorosamente cumprido pelo Poder Executivo no artigo 6º do projeto de lei que transferiu o patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários da antiga EMATER para a nova autarquia.

O regime jurídico dos funcionários da antiga EMATER permanecerá o mesmo, eles serão incorporados à nova autarquia sobre regime celetista, tendo em vista que a obrigatoriedade do Regime Único para os servidores foi amparado na Constituição Federal, com a Emenda 19/98, que modificou o artigo 39 da Constituição Federal. Todavia, a contratação dos novos servidores deverá ser feita sempre por concurso público nos termos do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Parágrafo 2º A investidura em cargo, em emprego público, depende da aprovação prévia em concurso público e de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Com efeito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deverá o Estado elaborar plano de cargos, carreiras e vencimentos, bem como preparar concurso público para admissão do pessoal necessário, motivo pelo qual elaboramos uma emenda modificativa ao projeto de lei criando essas obrigações para o Poder Executivo. E, em entendimento com a Bancada do PPS, entendimento com o Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Stica, Deputado Elton Welter, ela está sendo subscrita, e com certeza será apresentada pelo Deputado Ratinho Júnior.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo obedecida, tendo em vista que não estão sendo gerados novos gastos para o Poder Público, não está havendo impacto orçamentário. O artigo 10 do projeto de lei deve ser suprimido, tendo em vista que não especifica os artigos que estão sendo renovados na lei, conforme determina o artigo 9º da Lei 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma das emendas aditivas apresentadas pelo Deputado Ratinho Júnior, representamos os Deputados já anteriormente nominados.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não é o momento de apresentar emendas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Estou acolhendo, como Relator, as Emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Confesso a V. Exa. que isso deverá ser apresentado amanhã, e aí, ou V. Exa. apresenta como parecer de V. Exa., não acatando emendas.

Não houve emendas ainda aqui em Plenário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

O parecer é pela constitucionalidade e legalidade.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Eu me equivoquei ou o senhor designou-o como Relator da Comissão de Finanças?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Comissão de Finanças.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

E como que ele fez um relatório da Comissão, de constitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ele retifica e está fazendo só como Comissão de Finanças. Desta forma eu acato o seu parecer favorável, sem acatamento das emendas.

As emendas deverão ser apresentadas em 2ª votação.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para dar conhecimento à Casa, porque entendemos que se não ficasse claro a questão do plano de cargos e salários e vencimentos para depois a autarquização ocorrer, e da mesma forma não ficasse clara no projeto de lei a estabilidade de cinco anos para os atuais servidores, não teríamos como considerar que o projeto pudesse, na parte tanto financeira quanto constitucional, ser aprovada, uma vez que essas duas condicionantes levam à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, foram as emendas que nós colocamos, Deputado Elio Rusch e fizemos questão de ver, mesmo que não sejam acatadas neste momento, possam vir a ser acatadas somente em 2ª discussão, mas é importante que fique frisado porque isso interfere, naturalmente, no relatório de finanças, porque não há previsão de gastos com essa autarquização.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Volto a afirmar aos Srs. Parlamentares, as emendas poderão ser apresentadas amanhã, por ocasião da segunda votação.

O Deputado José Maria deu parecer exclusivamente pela Comissão de Finanças. Nem foi pela Comissão de Finanças; ele foi designado pela Presidência, porque estamos transformando em Comissão Geral, e como não havia o parecer da Comissão de Finanças, ele foi designado para dar o seu parecer.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Deputado José Maria Ferreira, porque na verdade, Srs. Deputados, vejam comigo o seguinte: o

Deputado Hermas Brandão é Presidente da Assembléia e Presidente desta Comissão, agora.

O Deputado José Maria Ferreira, em poucos minutos, fez um parecer escrito e leu aqui durante cinco minutos. Quero parabenizá-lo.

Devo ainda questionar o parecer do Deputado José Maria Ferreira, uma vez que o projeto ora tramitar nesta Comissão Geral. Ele não mandou o impacto financeiro, nem tampouco a declaração do ordenador da despesa. E se há previsão orçamentária para suprir essa despesa no corrente exercício, que vai acarretar, sem sombra de dúvida, despesa para a autarquia e para administração direta do Estado do Paraná.

Por essa razão nos manifestamos contra este parecer, mas fica registrado o “The Flash” da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de reiterar que na mensagem do Governo ele diz, bem claro, que vai transferir tudo que hoje existe na EMATER, ativo e passivo.

Consta hoje na EMATER um ativo que são as disponibilidades financeiras na ordem de 25%, que são advindas das parcerias com as cooperativas, com os municípios. E isso, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem que ser contemplado no projeto! Tem que dizer de que maneira vai suprir, na autarquia, esses 25% que não é pouco, são mais de 25 milhões/ano! Ele tem que dizer de maneira clara de onde vai tirar esse dinheiro, e isso não está no projeto.

Gostaria que constasse nas notas taquigráficas que não existe, em nenhum momento, quer seja no projeto, quer seja na mensagem, de onde é que o Governo vai fazer a mágica de criar esses mais de 25% da receita da EMATER de hoje na nova autarquia, haja vista que autarquia já não pode mais ter atividade financeira com a empresa EMATER, hoje.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, em segunda votação, havendo emenda, o projeto voltará à CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se apresentaram emendas, amanhã, automaticamente, voltará à CCJ.

Está em votação o parecer do Deputado José Maria Ferreira. **Aprovado.**

Verificação de votação solicitada pelo Deputado Elio Rusch.

Os que votam favoravelmente ao parecer do Deputado José Maria Ferreira, queiram levantar-se. Trinta Deputados votam favoravelmente.

Os Deputados que votam contra o parecer, queiram levantar-se. Dezesesseis Deputados. Está aprovado o parecer do Deputado José Maria Ferreira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Registro dos Parlamentares que votaram contrários ao parecer do Deputado José Maria Ferreira: André Vargas, Rossoni, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Durval; Elio Rusch, Plauto, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Scarpellini, Reni, Leite, Edson Praczyk, Padre Paulo, Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho e Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de iniciarmos o processo de votação, há um requerimento do Deputado Valdir Rossoni...

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o projeto que votamos, aliás, o parecer, era de constitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, de finanças.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

E o de constitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O de constitucionalidade quem vai decidir é o Plenário, já que lá foi votado contra a constitucionalidade.

O Plenário é que vai decidir, daqui alguns minutos, a sua constitucionalidade ou não.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de votar o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, temos que votar a constitucionalidade do projeto.

Está em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas quero contrariar V. Exa., novamente. Nós, hoje, parece que não somos tucanos.

Quero levantar e gostaria que vossa assessoria se socorresse do artigo 141: quando é discussão não há número, não limita o número de Parlamentares; quando é encaminhamento há limite de Parlamentares.

Então, estamos em discussão. Todos os Parlamentares que quiserem discutir terão oportunidade de fazê-lo.

Inclusive, tem no artigo 3º, aqui, que é claro, Sr. Presidente.

Se V. Exa. me permitir: “na hipótese de todos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem toda razão na Questão de Ordem apresentada.

Fala, no artigo 152, que em cada discussão pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no artigo 148 deste Regimento, alternadamente!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, a palavra “alternadamente” não cabe aqui. Sabe por quê, Sr. Presidente?

Como é que vamos dar a cor, aqui, ou o lado do Parlamentar que vai encaminhar, antes de ele se pronunciar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas o Regimento determina que o Deputado, quando vai se pronunciar, no momento da inscrição deve dizer se vai falar favoravelmente ou contra o projeto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

O Regimento diz “alternadamente, favor ou contra”?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fala.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Ou alternadamente, somente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Alternadamente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Então, é para não falar dois ao mesmo tempo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O artigo 148 do seu parágrafo 3º, na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão em determinada proposição, que seja a favor ou contra, ser-lhe-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da procedência estabelecida no parágrafo anterior.

Deputado Durval Amaral, Pela Ordem.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sei que a Sessão é exaustiva, mas efetivamente, quando nós legisladores dizemos alternadamente...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Democraticamente todos os Parlamentares poderão encaminhar.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente, senão estaríamos cassando a palavra dos Deputados.

Parabéns, mais uma vez, a V. Exa.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, louvo a decisão de V. Exa. democrata, em que pese não ser dessa forma que se compre-

ende alternadamente. Todavia, concordo e aplaudo a atitude de V. Exa. em permitir que os Deputados possam expor as suas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Durval Amaral, por cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Solicito a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Depois do Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. está inscrito.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que a televisão está transmitindo diretamente até as 18h00.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Solicito a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito bem me chama a atenção o Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni.

Nós já submetemos a voto alguns requerimentos nesta tarde. O Governo tem conseguido a maioria tranqüila, 32 votos, enquanto que a Oposição tem conseguido apenas 16 votos. Não resta dúvida que se esse projeto for votado nesta tarde, o tratoração vai enterrar a aspiração dos técnicos da EMATER e todos nós seremos derrotados. Razão pela qual, por orientação do Líder da Oposição, a Oposição passa, sistematicamente, a partir deste momento, a obstruir. Nós vamos levar essa discussão e esse encaminhamento pelo tempo que for necessário, para defender os interesses dos técnicos, dos agricultores e dos produtores do Estado do Paraná.

Corta-me o coração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ver a intransigência com que, infelizmente, o Governo trata a questão da EMATER, intransigência, porque de uma lógica, intransigência, porque longe de uma racionalidade. Com toda a certeza essa questão vai para o Poder Judiciário e restará para todos nós o direito de protestar e de buscar na Justiça o amparo ao direito líquido e certo que têm os nossos funcionários da EMATER.

E mais do que o direito dos funcionários da EMATER, corta-me o coração ao ver a insensatez, ao ver a insensibilidade, ao ver a ameaça. A ameaça não só com os funcionários da EMATER, mas contra os pequenos produtores do Estado do Paraná.

É indescritível senhores, em poucos minutos relatar aqui tudo, o que a EMATER fez, o que os extensionistas da EMATER fizeram para a agricultura do Paraná! É indescritível, Sr. Presidente, V. Exa. que tão bem conduziu a Secretaria de Estado da Agricultura dizer que se o Paraná foi referência nacional no outro Governo desse Governador, deveu-se muito ao que se fez no campo, graças ao trabalho dos nossos técnicos da EMATER.

Falar aqui é “chover no molhado”, sim! Falar do Paraná 12 Meses que não teria ocorrido e não teria acontecido se não fosse o empenho, a dedicação, a vontade, a garra desses trabalhadores da EMATER;

Falar dos programas de readequação de estrada rural, dos programas de micro bacias, das comissões municipais do solo;

Falar do sucesso quando inclusive era Secretário da Agricultura, o Senador Osmar Dias, Governador do Paraná o ilustre Governador Roberto Requião, que inclusive fez-se no campo uma verdadeira revolução.

Mas Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parece-me que a paga é a ingratidão. Parece-me que se quer calar o sonho da melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais do Estado do Paraná. Parece mais que se quer, ao invés de se injetar cada vez mais técnicos, cada vez mais profissionais, cada vez mais recursos, ameaçar, porque o poder da ameaça e da tortura pensa-se que se pode fazer com que os funcionários retroajam nas suas aspirações.

Parece-me mais, Sr. Presidente, que querem, infelizmente, acabar com a EMATER, burocratizando a EMATER; inviabilizando gerencial e administrativa-mente a EMATER. Parece que querem xerocar o que fizeram com o IAPAR e aplicar na EMATER. Parece-me, Sr. Presidente, que querem clonar!

Clonaram a ovelha Dolly, agora me parece que o Governo quer clonar uma tartaruga para aplicar na EMATER, para que ela deixe de ser funcional, deixe de ser referência e exemplo para toda a sociedade brasileira.

E nós não podemos aceitar isso! Temos que alertar o Governo do Estado, que ele está cometendo um tremendo equívoco, uma tremenda irregularidade! Nós não podemos aceitar a questão que foi colocada aqui, que ela é intransponível! Efetivamente a questão de Lei de Responsabilidade Fiscal, a EMATER no ano de 2004, do total da sua receita de 87 milhões, apenas 65 milhões vieram dos cofres públicos! Vinte e um milhões, e 877 mil reais, vieram de outras receitas, dos convênios com as prefeituras.

Isso não mais existirá! E aí, vem dizer que não precisa do impacto fiscal, do impacto financeiro, da declaração da despesa! Eu acredito até que essa era uma irregularidade sanável. O Governo poderia ter sanado. Mas, não saneou essa irregularidade. Exatamente 21 milhões, 877 mil são recursos que ingressam no caixa da EMATER em função dos trabalhos realizados no campo, pelos extensionistas da EMATER. E o Governo não diz da onde vêm esses recursos. Ora, não resta outra alternativa senão fulminar pela ilegalidade, e inconstitucionalidade esse malfadado projeto.

Poderia sim, o governo, até ter encaminhado a mensagem, ter suprido isso pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não faz por quê? Porque desrespeita o Parlamento! Não faz porque desrespeita os Srs. Parlamentares, porque desrespeita as prerrogativas da Assembléia Legislativa. E quem não se dá o respeito, respeitado não será,

porque a Assembléia, infelizmente, neste momento, não está se dando ao respeito, Deputado Valdir Rossoni.

Não podemos admitir a condução dessa forma. Vem o Governo - vou dizer depois do encaminhamento da matéria - transformar empregos em cargos públicos. O Supremo Tribunal Federal tem decidido, reiteradamente, sobre essa questão, mas eu não quero exaurir os assuntos, porque são muitas as ilegalidades e são muitas as inconstitucionalidades. Nós, Srs. técnicos, Sras. e Srs. aqui, presentes, precisamos definir: vamos deixar o governo passar com o rolo compressor, o trator de esteira, sobre os sonhos, anseios e aspirações dos pequenos produtores e os pequenos agricultores do Estado do Paraná ou vamos resistir? Tenho certeza que a palavra de ordem é resistir entrincheirados, nobre Deputado Dobrandino! Poderemos perder no voto, mas vamos buscar no Poder Judiciário! Não vamos entregar e sucumbir diante da maioria absoluta do Governo! Sabemos que a maioria pode e respeito sempre, porque sou um democrata.

(Aplausos)

Para concluir, Sr. Presidente, respeito a decisão da maioria, porque essa é a minha formação democrática. A maioria, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, julgou pela inconstitucionalidade da matéria e os nobres Deputados souberam respeitar a decisão da maioria. A decisão que foi proferida, aqui, neste plenário, nós, Deputados da Oposição, saberemos respeitar e mesmo que entrincheirados, entraremos até o último minuto, para derrubar essa mensagem do Governo.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (SEM PARTIDO)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Apesar de tudo, é preciso continuar sonhando. Infeliz, daquele que não sonha; é um saco vazio que não pára em pé.

Aprendi logo cedo, que a pressão é um instrumento democrático. O que não é democrático, é a agressão! A pressão é um instrumento democrático! Posso não concordar com o Deputado Miltinho Pupio, mas tenho que respeitá-lo, posso não concordar com o Deputado Vanhoni, mas tenho que respeitá-lo. É preciso continuar sonhando.

Vim aqui para declarar o meu voto! O meu voto é a favor dos extensionistas da EMATER!

(Aplausos)

Este não é um discurso de palanque! É um discurso de coração e de verdade! Graças a Deus, o povo brasileiro está começando a ter memória. Essa memória vai para as urnas. Parabéns, a todos os Deputados desta Casa, porque todos estão convictos? Não existe mais lugar para o meio termo. Sim, sim! Não, não! O nosso colega, Deputado Reni Pereira, vota em cima dos argumentos dele, do parecer que ele deu, do parecer que ele estudou,

do parecer que ele foi buscar elementos para apresentar na Comissão de Constituição e Justiça. Voto em cima daquele parecer. Não me envergonho por isso, tenho argumentos para isso. Saio daqui com a consciência tranquila e todos devemos sair daqui com a consciência tranquila.

O povo é que nos colocou aqui e é bom que todos respeitem isso, o voto do povo, e é pelo povo que estamos aqui trazendo o nosso voto. E é dessa forma que eu entendi, como outros Deputados entenderam, que o projeto é de prerrogativa do Governo do Estado; ninguém discute isso. O que nós discutimos são outros pontos: para onde é que vai essa gente. Então, quando o Ivo Petry veio aqui na tribuna, ele colocou que não houve espaço para a discussão. Ele não mentiu, o Ivo falou a verdade, não houve espaço, tanto é que não houve espaço, elasticidade para a discussão, que foram apresentadas emendas aqui tentando corrigir, mas é preciso muito mais emendas e são prerrogativas que nós temos!

É preciso continuar sonhando e é preciso, acima de tudo, agradecer essa gente toda por tudo que fez, por tudo que faz pela agricultura, principalmente, o pequeno agricultor. Vocês são muito importantes nesse processo e nós somos gratos, todos nós somos.

O meu voto é contra o projeto do Governo!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu fico me perguntando e tentando fazer aqui algumas considerações e até o pensamento viaja, até tentamos fazer elocubrações para tentar compreender qual é o motivo que leva um Governador, que tem, segundo ele, a opção preferencial pelos pobres, acabar com uma empresa de sucesso, uma empresa que é o orgulho para o Paraná, para o Brasil, mas projetos referenciados e premiados no Mundo inteiro?

Qual é a motivação do Governador em dar um tiro no próprio pé do seu Governo, desbancando a empresa que dá sustentação à principal alavanca da economia paranaense, que é através da agricultura, do agronegócio que o Paraná ostenta índices altamente positivos em relação a outros estados brasileiros?

O que pensa um Governo como esse que se elege, principalmente, com o apoio de professores, de policiais, de servidores e extencionistas como esses que aqui estão, e que agora simplesmente rasga esse compromisso, esquece o passado, como a maioria dos governantes brasileiros?

Realmente se o Governador lá atrás criou condições para que a EMATER fosse o que é hoje, quando o então Secretário da Agricultura, Osmar Dias, fez uma verdadeira revolução no campo, hoje esse mesmo

Governo acaba com toda essa trajetória positiva que tinha perante os servidores, os extensionistas do Estado do Paraná!

Eu já vi esse filme, há 12 anos. O IAPAR, que tem sede na cidade de Londrina, também recebeu esta aura de autarquização, que nada mais é do que o projeto neoliberal da desconstrução do Estado, o que o PDT condena, e as conseqüências são nefastas, não apenas para os pesquisadores, para os servidores, para os funcionários do IAPAR mas para toda a Agricultura, para todos aqueles pequenos e médios produtores rurais que tinham principalmente no Instituto Agrônômico do Paraná uma condição de melhoria e de assessoria em vários projetos. Lamentavelmente nós já sabemos que vai acontecer o mesmo, se for aprovado na tarde de hoje o que aconteceu com o IAPAR, lá atrás! Acontecerá, tomara Deus que não, com a EMATER, num futuro bem próximo!

Ainda há tempo e este é o apelo que nós fazemos aqui na tarde de hoje para os Deputados e as Deputadas que não querem engessar a EMATER, mas que querem continuar investindo para que a EMATER possa ser essa empresa de sucesso, com valorosos pesquisadores, extensionistas e funcionários que só engrandecem a economia do Estado do Paraná! Os extencionistas os funcionários da IAPAR, como um todo, não podem ter apenas uma questão de ideologia ou qualquer outro tipo de razão para que a EMATER seja autarquizada, aceitar esta condição.

Como disse aqui o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Durval Amaral, o Deputado Reni Pereira, o Deputado Elio Lino Rusch, a Oposição desta Casa irá às barras da Justiça, se for o caso, porque estamos amparados aqui por um parecer assinado, nada mais, nada menos, por um dos maiores juristas deste País, que é o Dr. Romeu Bacerlar Filho. Ele analisou essa matéria com profundidade e constatou inúmeras falhas jurídicas, inclusive, até no regime jurídico único que não pode haver a migração de forma peremptória, atabalhoada, no sistema de regime estatutário. Nós sabemos que os prejuízos serão grandes e não seremos condenados, porque o tempo vai mostrar que nós estávamos certos. Num futuro bem próximo, se o erro for cometido por esta Casa, na tarde de hoje, é o povo do Paraná que irá pagar por tudo isso.

Portanto, quero, ao finalizar aqui, deixar consignado o meu voto em defesa da EMATER, na tarde de hoje e que nós esperamos ainda podermos conseguir aquilo que até agora, nas votações anteriores, não obtivemos, que é a verdade, a justiça. Que ela possa prevalecer em benefício, não apenas dos técnicos, dos funcionários da EMATER, mas, sim, do Governo do Estado do Paraná, mas que seja um Governo que tenha uma visão estratégica que enxergue que, no futuro o prejuízo será muito grande, não apenas à EMATER e a todos os funcionários que hoje defendem, galhardamente, o agronegócio e conseqüentemente o Estado do Paraná. As conseqüências serão grandes e mais cedo ou mais tarde é

o próprio povo do Paraná que terá que pagar pelas consequências de um erro que pode ser evitado na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Há sobre a Mesa, o Requerimento nº 2338, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Mauro Moraes, Rafael Greca, e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 17/08/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei nº 484/2004, Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a EMATER-PR em autarquia - **Recebido. De acordo com o Artigo 107, parágrafo 2º do Regimento Interno, inclua-se na próxima Sessão decorrido o prazo de 24 horas. À Diretoria de Assistência ao Plenário para providências.**

Próximo inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Quando iniciou a discussão a respeito da constitucionalidade, daqui do microfone solicitei ao Deputado Hermas Brandão que me inscrevesse, e ele, de pronto, disse que falaria eu, após o Deputado Luiz Carlos Martins.

Eu gostaria de me inscrever, porque não fui chamado, não sei a que horas vamos nos pronunciar a respeito do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Augustinho Zucchi, há uma relação imensa.

Cada Parlamentar tem dez minutos. Provavelmente nós vamos noite à dentro, na discussão. Quando eu assumi a Presidência, existiam alguns inscritos que o Deputado Hermes me passou e eu estou inscrevendo os demais Deputados.

Então V. Exa. terá o seu momento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

No encaminhamento da votação, quantos Deputados irão encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No encaminhamento da votação, são cinco favoráveis e cinco contrários.

Estamos encaminhando agora o parecer da constitucionalidade.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Perfeitamente. Eu gostaria de saber se os cinco Deputados que vão encaminhar a votação já estão registrados?

Eu solicitei para me inscrever no encaminhamento de votação!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhamento nós já temos os Deputados inscritos, favoráveis: Plauto, Rossoni, Traiano, Elio, Durval e o Luiz Carlos Martins. Estamos agora fazendo a discussão da inconstitucionalidade. O próximo passo será a votação do projeto, e aí sim, terá a discussão e votação do projeto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Perfeitamente.

Eu quero me inscrever. O primeiro inscrito.

Espero que não seja mandada a lista aí, na discussão do projeto. Nós estamos discutindo o encaminhamento da questão constitucional. Na discussão do projeto, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. será inscrito na discussão do projeto.

Com a palavra, o Deputado Elio Rusch.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, no encaminhamento pela inconstitucionalidade, não podemos fugir do termo da constitucionalidade.

Estamos discutindo outras questões e que nós gostaríamos que a Presidência fizesse o encaminhamento neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Mesa ficará atenta, Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Nós discutimos tudo aqui.

Dos últimos três oradores que usaram da tribuna, todos falaram tudo, menos sobre o tema que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Até em respeito à Plenária que está aqui, que está acompanhando, eu sugeriria que os Deputados centralizassem o foco na constitucionalidade, que é o tema do encaminhamento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Na verdade, eu ia me manifestar, no Pequeno Expediente, mas falei sobre assuntos e por isso me reservei para encaminhar agora e falar sobre a questão da EMATER.

Eu entendo, Srs. Deputados, que a questão é cansativa, principalmente quando nós ouvimos os Deputados da Base do Governo questionarem o encaminhamento desta Mensagem que está sendo dada pelos Parlamentares que compõem este Parlamento.

Ora, nós não podemos esquecer que são exatamente esses mesmos Deputados, quando eram Oposição no Governo passado, que levaram uma Sessão que durou

48 horas e agora estão questionando se estamos reunidos há pouco mais de 4 horas do início da Sessão.

Eu acho que a Democracia nos ensinou a discutir, a respeitar a decisão da maioria. A maioria usa exatamente os meios que tem, tentando, com seus argumentos, convencer os outros que ainda não estão convencidos e é isso o que nós estamos tentando fazer aqui na Sessão, é respeitar a decisão da maioria, a minoria usa, exatamente, os meios que tem, tentando com seus argumentos convencer os outros, que ainda não estão convencidos. É isso que estamos tentando fazer aqui, na Sessão. Tentamos fazer isso como Presidente da Associação, o Ivo Petry e todas as pessoas que integram associações ou todos os técnicos que compõem essa famosa empresa EMATER, do nosso Estado, não tentaram convencer os Parlamentares, para que pudessemos derrubar aqui, já, quando foi transformado a Plenária em Comissão Geral.

Ora, para quem conhece a EMATER como nós conhecemos - não sou especialista na área agrícola, porque não tenho formação agrícola, Deputado Augustinho Zucchi, não sou técnico agrícola, nem agrônomo e nem zootecnista, mas etendo, sei o trabalho que a EMATER tem feito no Estado do Paraná.

A EMATER é uma empresa de referência, não para o Estado, mas para o Brasil. E temos que nos espelhar exatamente nas boas ações que acontecem na sociedade.

Ao longo desses últimos meses recebi dezenas de técnicos da EMATER em meu gabinete e, mesmo nas minhas andanças para o interior do Estado do Paraná, seja no Oeste, seja na região de Rio Negro, seja na região metropolitana, em todas as ocasiões, sempre fomos questionados pelos técnicos da EMATER pedindo para que a Assembléia Legislativa não aprovasse essa mensagem.

Muito bem, Deputada Elza Correia, o Governo do Estado envia a mensagem para a Assembléia Legislativa. A CCJ hoje, dá parecer pela inconstitucionalidade, pela maioria absoluta dos seus membros. Maioria absoluta de treze membros é sete. Maioria simples contém quórum qualificado, que é a maioria absoluta, desde que os sete estejam presentes. A maioria absoluta de 54 Deputados é 28. A maioria absoluta de quinze, é oito. A maioria absoluta de 25 é 13. Sempre o primeiro número inteiro acima da metade do total que compõem o Parlamento. É por essa razão que a CCJ hoje, entendeu que o projeto é inconstitucional.

Mas, o que é que tenho ouvido falar ao longo desse tempo, pelos técnicos da EMATER? Que o Estado de Santa Catarina também autarquizou a sua empresa. Passado um tempo, o próprio Governo de Santa Catarina, Deputado Antonio Anibelli, voltou atrás. A empresa, que era uma empresa pública foi autarquizada e agora voltou de novo a ser uma empresa pública!

O Deputado Augustinho Zucchi, quando falou no Grande Expediente, disse - e outros Deputados também, o próprio Presidente do Sindicato Ivo Petry - o que acon-

teceu em Mato Grosso do Sul, onde também autarquizaram a empresa e virou essa lambança que lá está.

Porque é que nós, do Paraná, que temos dois exemplos claríssimos, Srs. Deputados, dois Estados vizinhos que voltaram atrás porque não funcionou. Mato Grosso autarquizou e voltou atrás!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Elio Rusch, gostaria que V. Exa. se ativesse na constitucionalidade, até em respeito ao próprio Plenário que está aí, que pudessemos trabalhar o que estamos discutindo agora: a constitucionalidade do projeto.

Com a palavra, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Em cima do que V. Exa. está falando, quero dar uma sugestão - respeitando a palavra do Deputado Elio Rusch - que vai fazer o término do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vamos descontar, Deputado Elio, aqui os segundos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Apenas uma sugestão. Muitos Deputados estão inscritos no encaminhamento da discussão com relação à constitucionalidade, que é o que nós estamos fazendo agora.

Tendo em vista que os companheiros da EMATER vieram de longe e estão aí o dia inteiro e, com certeza vão querer a votação antes de retornar, a sugestão é de que V. Exa. consulte os demais Deputados e que nós que estamos inscritos para o encaminhamento da discussão com relação à constitucionalidade, para que possamos encaminhar a discussão do projeto e a votação do projeto e abrir mão para que a votação possa ocorrer mais rápido.

Solicito a V. Exa. que, se fosse possível, depois da falação do Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Recebemos três inscrições.

A inscrição é para a constitucionalidade que estamos agora fazendo a discussão. Temos também inscrições para discussão do projeto e para o seu encaminhamento. V. Exa. sugere que possamos encerrar a discussão da constitucionalidade, colocarmos em votação e transferirmos os inscritos para o encaminhamento?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sugiro que aqueles que estão inscritos no encaminhamento da constitucionalidade possam ter transferida a sua inscrição para o encaminhamento do projeto e, posteriormente, o encaminhamento da votação, para que possamos votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto os Deputados André Vargas e Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Quero aqui dirigir-me aos Srs. Deputados da Oposição e aos técnicos da EMATER. Gostaria que prestassem atenção. Temos dois caminhos: um, é discutir a exaustão para tentar convencer os Deputados do Governo e nós ganharmos essa votação, ou abrimos mão dessa discussão e desse encaminhamento e votarmos já.

Gostaria que os técnicos da EMATER que estão aqui, se manifestassem. Se querem que vote já, que fiquem em pé. Se não querem, que fiquem sentados.

Obrigado! Vamos discutindo, então!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Uma vez solicitado que nos detivéssemos exclusivamente na constitucionalidade do projeto, vou sugerir rigorosamente o que diz o Regimento Interno.

Ora! Quem sou eu, quem é o Deputado Elio Rusch para contrariar o Deputado José Maria Ferreira, um parecer encomendado pela CCJ do Dr. Romeu Bacellar? O Dr. Romeu Bacellar encaminhou parecer pela inconstitucionalidade desse projeto, e eu sigo rigorosamente esse parecer e o que a CCJ também votou hoje. Como a CCJ votou, maioria absoluta, pela inconstitucionalidade, também convoco aos Srs. Deputados que votemos pela inconstitucionalidade do projeto em favor da EMATER do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho que, antes, colocar em discussão o Requerimento nº 2335, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando prorrogação da presente Sessão em duas horas. Está em votação o requerimento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Na linha de encaminhamento do Deputado Valdir Rossoni, quando levantou a Questão de Ordem, acho que não houve a compreensão por parte dos funcionários da EMATER. Gostaríamos de fazer uma pergunta, para que fique claro aos funcionários da EMATER.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam a prorrogação por duas horas, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Peço aos Srs. Deputados a compreensão. Essa é uma Casa democrática, todos têm condições de expressar a sua vontade, a sua determinação, o seu companheirismo, mas não podemos usar mecanismos, simplesmente

para postergarmos a votação, e não votarmos! Acho que temos que dar continuidade aos nossos trabalhos.

Consulto o Deputado Valdir Rossoni se vai encaminhar a constitucionalidade.

Já está com a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de ter a colaboração, obrigado ao som, porque naturalmente vai cansando.

Temos que discutir aqui ainda para o entendimento; estamos discutindo a constitucionalidade e temos sentido que a vontade dos Deputados de Oposição é encaminhar isso aqui até meia-noite, duas horas da madrugada.

De um outro lado, Deputado André Vargas, temos sentido - no meu encaminhamento os técnicos vão entender o que eu quero, para que eu tenha uma resposta. Sem desrespeitar o Regimento, nós, da Oposição, só temos uma tentativa: discutir à exaustão, até cansarmos os Deputados do Governo, para tentarmos ganhar essa votação. Não está fácil! Ou temos um outro caminho: encerra-se aqui a votação e passamos a votar e já sabemos o resultado.

Por esta razão eu quero dizer, Sr. Presidente, se eu pudesse fazer uma pergunta às galerias, que são as pessoas que estão sendo atingidas por este projeto, aqueles servidores que querem que vote já permaneçam sentados, aqueles que quiserem que nós continuemos a discutir para tentarmos ganhar essa votação, que levantem-se; eu olharei e saberei o resultado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não vamos transformar esta Casa naquilo que os pais da democracia faziam, quando levantavam o dedo e abaixavam.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Professor Deputado José Maria, a questão que V. Exa. levanta, eu poderia responder-lhe como o Deputado Elio Rusch respondeu-lhe no parecer da Comissão de Finanças; conseguiu subscrever um documento de várias laudas em apenas alguns segundos. Então, quem é mágico, naturalmente tem, todo o direito a chamar-me a atenção, e curvo-me a V. Exa.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Permite-me um aparte? O mesmo tempo que o Deputado Durval Amaral teve para fazer o parecer dele.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminhamento não tem aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer aqui aos servidores da EMATER que a nossa determinação é lutarmos aqui como já fizemos

muitas vezes. Quem vota contra o povo tem que sofrer e ficar aqui, ouvir os nossos pronunciamentos.

Quero dizer o seguinte: vou permanecer aqui nem que seja sozinho, mas sei que os meus companheiros de Oposição vão permanecer, e vamos continuar discutindo a questão da constitucionalidade e depois vamos encaminhar o projeto no seu mérito, e vamos levar isso aqui até meia-noite, porque vale a pena algumas horas de luta para vencermos na nossa vida.

Quero voltar ao que falei anteriormente. Falava-se aqui nesta Assembléia que tínhamos um Governador da Capital do Estado, que era o Jaime Lerner. Este Governador investia em torno de 7%, 8% em agricultura, e era tachado de ser um Governador da Capital que não gostava da agricultura. Agora temos outro Governador que manda para esta Casa um projeto inconstitucional! Um Governador que está investindo 1.7 na agricultura do Paraná!

É importante esta informação para vermos com quem estamos lutando. Tenho ouvido daquela tribuna o Governador falar da Carta de Puebla. A Carta de Puebla é favorável aos pobres!

É menosprezar a inteligência dos Parlamentares e do povo paranaense! Quem está aqui nesta Casa, hoje? Parlamentares, funcionários, servidores! Quem é contra os pobres? Esse discurso está longe da prática! Quem é favorável aos pobres, não terminaria com o Paraná Doze Meses, programa que dava recursos aos agricultores para reformar a sua casinha lá no interior do Paraná. Aquele cidadão que não teve condições de construir o banheiro de sua casa, o Paraná Doze Meses fazia o projeto, através dos senhores, e por isso a nossa luta em favor dos senhores. Os senhores elaboravam o projeto, davam o dinheiro a fundo perdido e lá construíamos uma casa àquele agricultor ter onde dar dignidade para a sua família,

Aí, me vem ali, da tribuna, com aquele rompante que já conhecemos e diz que é a favor da Carta de Puebla! Tira isso do discurso, Governador Roberto requião” Quem é a favor da Carta de Puebla não manda um projeto inconstitucional para esta Casa!

Disse aqui, e deve estar contemplado em algumas emendas, e acho que o PPS comete um equívoco ao se iludir com elas. Tem algumas que dizem que dá estabilidade aos senhores. Não é uma emenda dos Parlamentares que vai garantir, porque a Constituição Federal está acima de qualquer emenda e projeto desta Casa!

Ora, terminada a EMATER, os senhores não terão mais estabilidade, porque na justiça terá que haver o concurso público! O tempo de trabalho dos senhores não contará para o concurso público!

Por esta razão é que estamos aqui. Tem que ficar evidenciado, porque amanhã, quem prometeu não mandar os recursos para a EMATER e fechá-la, se não for aprovado esse projeto, amanhã os senhores estarão recebendo uma cartinha dizendo que a autarquia da EMATER é ilegal. Agora virou moda os governantes

pedirem desculpas. Aí, o Governador vai pedir desculpas e dizer que tem que ser feito concurso público, e os senhores entrarão na vala comum do concurso público e o tempo de dedicação e de trabalho em favor da agricultura do Paraná, irá por terra!

Sei que os senhores estão aqui perdendo o dia de trabalho, será descontado esse dia. Peço a compreensão do Líder do Governo para que não desconte o dia de serviço dos senhores. Vamos permanecer aqui até a madrugada e lutar para dizer, amanhã ou depois, quando os senhores começarem a perder o emprego, porque não fizeram o concurso público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acabou o horário de V. Exa.

Quero alertar aos Srs. Parlamentares, que estamos encaminhando a constitucionalidade; não podemos encaminhar o mérito da questão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Quero fazer a minha inscrição para o encaminhamento contrário à autarquização.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já está inscrito.

Com a palavra, o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras da EMATER, Eroni, Ivo Petry, lideranças sindicais que também, aqui, comparecem.

O Partido a que pertenço tem uma posição independente em relação ao Governo. Alguns Deputados do nosso Partido devem votar com o Governo e outros vão votar contra essa proposta, porque não se trata, apenas, de uma questão de princípio; trata-se de uma questão de foro íntimo, de entendimento daquilo que representa esse projeto.

Como poderia, Deputada Luciana Rafagnin, nós que estivemos, hoje de manhã, em uma audiência pública com o IAPAR (que foi autarquizado, que hoje está carente de tudo: faltam servidores; falta um plano de cargos; falta a equação desse plano de cargos; está absolutamente sucateado), nós que estivemos lá hoje e que, certamente, temos nos dedicado a pensar sobre o que seria melhor em relação a essa questão para o Paraná; o que seria melhor para os servidores e servidoras que prestam um dos melhores serviços de extensão rural deste país.

O Estado do Paraná, que foi inovador em matéria de extensão, já foi citado aqui o trabalho do Paraná Doze Meses; o trabalho do PRONAF - Programa de Atenção à Agricultura Familiar. Se a EMATER, de alguma forma ajuda no resultado da balança comercial, mais fundamentalmente ajuda na manutenção do homem no campo, com a atenção especial que dá à agricultura familiar.

Olhando o projeto, Sr. Presidente, não pode um projeto de lei criar emprego público ou transformar em estatutário aquele que é celetista. Os servidores da EMATER (que senão em relação ao mérito já mereciam uma comparação não só salarial, mas de situação financeira daquela instituição com o IAPAR) que já têm licença-prêmio (tinham, mas foi cassada); não tem aposentadoria integral, portanto, estão no regime do INSS, porque se trata de celetistas; que tem uma cláusula de dedicação integral, como têm os professores das universidades.

Portanto, os técnicos da EMATER não podem nem dar aula, quanto mais ter outra atividade profissional! Dedicam dez, doze, quinze horas no trecho; não têm plano de saúde; não têm como lançar a sua jornada de trabalho como que de uma hora para outra, e é por isso que temos esse resultado a agricultura do Paraná, graças ao desempenho desses servidores e servidoras.

Como pode um projeto dar-lhes, Deputado Ailton Araújo, a condição de estatutários? Como pode incluir esses servidores, sendo que muitos têm quinze anos, vinte anos e contribuíram para previdência social? Eles estarão, a partir de então, aposentados pelo Paraná Previdência ou pelo Instituto de Previdência, que eventualmente, o Requião, pela sua cabeça, decidir que nós devemos ter? Qual será o futuro? São respostas que deveriam ser dadas com maior clareza!

Por isso é que a questão de constitucionalidade está ligada à seguinte questão: é possível um projeto de lei, desta Casa, transformar um emprego celetista em um emprego público? Esta resposta, Deputado Durval Amaral, precisa ser dada.

É possível um emprego público ser criado a partir de uma lei e retroagir à época da contratação dos senhores e das senhoras? Possivelmente não! Possivelmente essa questão vá até o Judiciário; possivelmente essa questão, que não é de menos importância, vá parar nos tribunais! Não pela ação de Deputados, qualquer cidadão do Paraná pode questionar exatamente esse item, que prevê a transformação de um emprego de celetista para emprego público! Muitas questões como essas, já foram discutidas!

É natural Sr. Presidente, quando falamos da questão da constitucionalidade, penetramos na questão do mérito. E faço aqui uma comparação. Fazem muita comparação com o IAPAR e esse é um péssimo exemplo. Mas, qualquer ação do Governo, prevista com as propostas do Governador para a contratação de pessoal, aquisição de equipamentos, qualquer uma delas é possível fazer como empresa pública. Não está ligado ao regime da empresa. Mas, faço a comparação, a EMBRAPA é uma empresa federal, uma empresa pública, que tem regime próprio, que tem dissídio próprio e que tem um tratamento específico por parte do Governo Federal, e qualquer ameaça que se faça é fugir aos argumentos da racionalidade.

Tenho certeza que muitos Deputados que vão votar com o projeto não estão à vontade, exatamente porque os argumentos faltam neste momento.

Esse é o projeto da cabeça de um homem só. Foi um homem só, e só pela vontade dele que vamos votar. Aqueles que votam de um jeito ou de outro, vão votar porque um homem decidiu, um homem ameaçou e agora ele impõe um regime de votação absolutamente, como disse o Ivo Petry, antidemocrático! Por quê? A negociação seria o melhor caminho! Dialogar com as entidades seria o melhor caminho, por mais desgastante que fosse.

Portanto, companheiros e companheiras, essa votação é de foro íntimo. Não se trata de questão partidária. Vai ter homens e mulheres, Deputados e Deputadas do PSDB que vão votar de uma ou de outra forma; do PT, de uma ou outra forma; do PMDB, provavelmente vai votar com o Governo. Trata-se de uma questão de foro íntimo e de responsabilidade. Não façamos amanhã, ou daqui um ano, dois, quatro, cinco anos, um *mea-culpa*, de arrependimento, olhando para a EMATER como estamos olhando hoje para o IAPAR, sucateado e arrebatado.

Que não façamos do amanhã o arrependimento, porque aquilo que foi prometido poderia ser cumprido com esse regime que aí está!

Portanto, para concluir, o que nos resta é refletirmos se temos ou não condições de criar, a partir de uma lei, empregos públicos, e principalmente se não estaremos comprometendo o futuro da extensão rural do Paraná.

Estivemos como disse, eu e a Deputada Luciana Rafagnin, Presidente da Comissão de Agricultura, *in loco* vendo o que acontece com o IAPAR. E lá pudemos perceber a forma nociva que o Governo Requião de então, o Governo Lerner de oito anos e o Governo Requião de agora trataram uma autarquia. Zero! Zero! Tomara que esse não seja o destino, porque tenho convicção que podemos garantir a EMATER como autarquia, porque não é um projeto da cabeça de um homem só. São 54 homens e mulheres que vão votar com a sua consciência.

EMATER!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está encerrado o seu tempo.

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, juntamente com o Deputado Dobrandino, nos dirigimos até V. Exa. e entabulamos um entendimento, um acordo, onde a Oposição deixaria de obstruir a votação, desde que houvesse a aprovação do requerimento da Oposição, acordado agora com o Deputado Dobrandino e com V. Exa., da votação nominal e passarmos a votar imediatamente a matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Consulto o Deputado Dobrandino, sobre a proposta do Deputado Durval Amaral.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

(Inaudível)

Conversei com a nossa Bancada e grande parte dela quer que seja votação normal. Não aceitamos mais votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não aceitam?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Não aceitamos votação nominal.

(Manifestação nas galerias)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Pela Ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

Suspendo a Sessão por três minutos para conversar com as Lideranças.

(Suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão.

Sobre a Mesa há um requerimento nº 2336, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, pedindo a votação nominal para o Projeto de Lei nº 484/2004.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Presidente, nós vamos encaminhar contra a votação nominal, de autoria do Deputado Valdir Rossoni.

(Vaías)

Nós queremos, Sr. Presidente, que os nossos visitantes permaneçam, ouçam os discursos dos nossos companheiros de Oposição, para depois, cada um, qualificar a atitude no passado e a atitude no presente.

Vamos expor o que temos que falar. Aqui é um Parlamento, já foi prorrogada a Sessão por duas horas. Vamos discursar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, deixamos de votar o requerimento agora e vamos votar na ocasião oportuna.

Está inscrito o Deputado Durval Amaral para o encaminhamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Mas, Sr. Presidente, eu não abro mão da votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, não está em votação ainda o projeto. A hora que for votar o projeto, eu ponho, anteriormente, o requerimento, nobre Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, eu vou pedir para os Deputados para não encaminharmos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Durval Amaral, para encaminhar.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intransigência toma conta do Parlamento. É compreensível. A Oposição tenta, de todas as formas fazer com que o direito dos funcionários da EMATER seja preservado. Busca o entendimento. Busca o diálogo. Acordos são feitos e são descumpridos em uma velocidade tal que depõe contra o Parlamento.

(Aplausos)

Eu entendo. Eu entendo, Deputado Valdir Rossoni, infelizmente a Base do Governo não deseja a votação nominal porque não quer ficar exposta à cobrança dos pequenos produtores do Estado do Paraná e dos técnicos da EMATER.

(Aplausos)

Não tem problema. E em respeito às senhoras; em respeito aos senhores; em respeito aos produtores rurais do Estado do Paraná; em respeito e parabenizando a Associação dos Funcionários da EMATER, que conduziu com brilhantismo as negociações no Parlamento; em respeito ao sindicato, que conduziu, conversou com o Presidente da Casa, conversou com os Deputados da Situação, conversou com os Deputados da Oposição, conversou com Secretários de Estado, expondo e abrindo os seus corações e colocando a sua verdade para que ela pudesse prevalecer; em respeito a todos esses Sindicatos, SINDASPP, SENGE, SINDIVET, SINDECOM, SINTEA, SINAEIO, AFA, e, sobretudo em respeito a esses sindicatos e essas associações e aos senhores técnicos da EMATER, que não conduziram essa questão com amor patriótico, nem com devoção e nem com corporativismo; conduziram com isenção, nós, Deputados da Oposição, a partir de agora, por determinação do nosso Líder Valdir Rossoni, deixamos de encaminhar; vamos para o voto.

Nós vamos para o voto; deixamos de encaminhar. Que fique a Base do Governo agora, então, obstruindo, que fique então agora encaminhando, para que aqueles servidores que já tiveram o seu dia descontado para estarem aqui... É verdade, pelo menos eu me valho da manifestação dos servidores públicos! É verdade ou não?

(Manifestação das galerias)

Eu quero que o dia de amanhã não seja descontado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito que V. Exa. encaminhe agora, porque a Oposição não vai encaminhar mais.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Não vai mais encaminhar; nós deixamos de obstruir e convidamos todos os servidores para amanhã, efetivamente, votarmos em 2ª discussão essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o encaminhamento. Passamos ao processo de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, só para restabelecer a verdade, com a permissão de V. Exa.

Consultando o Dr. Sabino Campos, Presidente da EMATER, ele desconhece essa afirmativa que talvez era uma constante no Governo Jaime Lerner, de descontar os dias parados dos companheiros da EMATER que aqui estão. No nosso Governo não será descontado.

(**Vaias, tumulto**)

Mesmo com a vaia, vocês não serão descontados, porque esta Casa se engrandece com a presença de vocês, funcionários da EMATER!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrado o processo de encaminhamento passamos ao processo de votação.

Agora eu tenho que votar o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, que pede a votação nominal.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

Será feita a verificação de votação, a pedido do Deputado Antonio Anibelli.

Dezoito Parlamentares aprovam o requerimento do Deputado Rossoni; vinte e sete, rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

(**Vaias, tumulto**)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero fazer um registro.

Regimentalmente, é um direito que nós temos, e eu passo a registrar os Deputados que votaram favoravelmente ao requerimento e naturalmente ao votar favoravelmente ao requerimento serão contra o projeto do Governo.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu peço que o Deputado Rossoni não fale de costas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele pode registrar os votos contrários...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

A não ser que V. Exa. concorde que ele fique de costas para V. Exa., nosso Regimento não permite, Sr. Presidente, é uma questão de educação para com a Casa!

(**Vaias, tumulto**)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., eu não quero virar-lhe as costas mas não consigo enxergar, dessa forma.

Então, vou a tribuna para fazer o registro.

(**Aplausos**)

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu quero crer que estamos incorrendo num equívoco aqui. A votação feita neste instante é apenas do requerimento, para se votar nominalmente ou não. O requerimento foi rejeitado.

Eu quero deixar claro porque as pessoas podem confundir; eu votei claramente a favor do requerimento porque sou favorável à votação nominal. Nós não temos que esconder coisíssima nenhuma!

(**Aplausos**)

É importante que se diga isso, o que não implica que quem votou favoravelmente ao voto nominal que vote a favor ou contra o projeto, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, passo, com a aquiescência de V. Exa. ao registro dos Deputados que votaram a favor do requerimento para votação nominal, para que não haja dúvida do voto: Deputados Tadeu Veneri, Padre Paulo, Pastor Praczyk, Renato Gaúcho, Ailton Araújo, Waldir Leite, Deputadas Arlete Caramês e Luciana Rafagnin, Deputados Ademar Traiano, Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Plauto Miró, Durval Amaral, Elio Rusch, Barbosa Neto, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins e André Vargas.

Está registrado, Sr. Presidente.

Agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao processo de votação do item 10.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Obrigado. Só para deixar registrado, Sr. Presidente, o meu descontentamento, porque eu estava inscrita para falar e houve esse acordo e ninguém me consultou.

Em respeito ao povo que está aqui já há um tempão esperando, vou abrir mão de falar e vou para a votação, mas fica registrado o meu descontentamento, porque tinha meu pronunciamento e gostaria muito de ter defendido o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. foi cassada democraticamente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Pelo que eu estou entendendo, não votamos a constitucionalidade, ainda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há necessidade de votá-la.

Estamos votando o projeto e, automaticamente, a constitucionalidade. Se for aprovado o projeto, estamos votando em 1ª votação a constitucionalidade do projeto, contra o parecer da CCJ.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Perfeitamente.

Então, Deputado, nós que estávamos inscritos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já estamos em processo de votação. Já anunciei o processo de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Não pode, Sr. Presidente, vamos abrir mão, mas temos o direito de falar!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. amanhã poderá se manifestar.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Está bem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faremos a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Faz a chamada nominal**)

Cinquenta e um Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Cinquenta e um Deputados presentes.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, se o 1º Secretário pudesse nos informar quem realmente não está presente.

Quais os Parlamentares que estão ausentes?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na segunda chamada já ficou registrado quem não está presente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não ouvimos direito.

Gostaríamos de ouvir novamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está constando nas notas taquigráficas. Mandarei fornecer para V. Exa. amanhã.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, é regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em processo de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

A Deputada Cida Borghetti, os Deputados Luiz Nishimori e Marcos Isfer, são os três Deputados que estão ausentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aí a informação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, o senhor está muito agressivo hoje, tome uma Maracugina para se acalmar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não estou, não.

Está em processo de votação.

Está em votação em 1ª discussão, em sendo assim, automaticamente estão votando a constitucionalidade do projeto, item 10 da pauta: Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 036/2004. Objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, em autarquia. Sob a denominação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Em votação. Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Parlamentares que aprovam o projeto em 1ª discussão, automaticamente sua constitucionalidade, queiram levantar-se.

Trinta e um Srs. Deputados aprovam.

Que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito.

Nós temos dois votos em branco, eu gostaria que ficassem registrados. Já votaram favoravelmente, anteriormente, ao projeto.

Dezenove.

Aprovado em 1ª discussão a sua constitucionalidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Peço ao Deputado Elio Rusch que suba à tribuna, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para registrar os votos dos que foram contrários ao projeto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Contrários ao projeto: Deputados Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, José Domingos Scarpellini, Reni Pereira, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, André Vargas, Ailton Araújo, Augustinho Zucchi, Padre Paulo Campos, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Waldir Leite, Arlete Caramês, Tadeu Veneri.

São esses os Deputados que votaram contra o projeto e a favor da EMATER.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSD) (**Pela Ordem**)

Quero que conste nas notas taquigráficas desta Casa, que a constitucionalidade foi discutida em plenário e aprovado num critério político, não técnico.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nas notas taquigráficas da Casa.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção da Saúde do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2005, de 24/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 321/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção da Saúde do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Chopinzinho-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Massoterapeutas do Brasil - MASSAGISTAS, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2005, de 27/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 416/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública a Associação de Massoterapeutas do Brasil - MASSAGISTAS, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto que declara de Utilidade Pública a Associação Antonio e Marcos Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2005, de 27/06/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 417/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Jocelito Canto que declara de Utilidade Pública a Associação Antonio e Marcos Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

XOXOXOXOXOXOXOXOXOXOXOX